

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

SEDR

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2009

S U M Á R I O	
1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	4
2. Objetivos e Metas institucionais e/ou programáticos	5
2.1 Responsabilidades institucionais da Unidade - Papel da Unidade na execução das políticas públicas	5
2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	5
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade	6
2.3.1 PROGRAMA 0150 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	6
2.3.1.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0150	7
Ação 8671 - Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas	7
Ação 6063 - Fomento a Projeto de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia	10
2.3.2. PROGRAMA 0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	12
2.3.2.1 - Principais Ações do Programa 0512	13
Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	13
Ação 7413 - Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil	14
Ação 1J30 - Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal	18
Ação 7965-Implantação Sistema Gerenciador Bancos de Dados sobre Zoneamento Ecológico- Econômico	22
Ação 8896 - Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos	23
2.3.2.2 Desempenho operacional do Programa 0512	25
2.3.3. PROGRAMA 1080- COMBRATE A DESERTIFICAÇÃO	29
2.3.3.1 - Principais Ações do Programa 1080	29
Ação 8906 - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate a Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação PAN.	29
Ação 200H - Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares em Áreas Suscetíveis à Desertificação	35
Ação 4971 - Capacitação de Agentes Multiplicadores locais para Combate a Desertificação	37
Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	38
2.3.3.2 Desempenho operacional do Programa 1080	39
2.3.4. PROGRAMA 1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	40
2.3.4.1 - Principais Ações do Programa 1145	40
Ação 200I - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais.	40
Ação 6040 - Assistência Técnica a Produção e Comercialização de Produtos Extrativistas na Amazônia.	42
Ação 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais	43
Ação 6087 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Produtos Extrativistas na Amazônia	44
Ação 6230 - Gestão Ambiental em Terras Quilombolas.	45
Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	46
2.3.4.2 Desempenho operacional do Programa 1145	47
2.3.5. PROGRAMA 1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	48
2.3.5.1 - Principais Ações do Programa 1166	49
Ação 8990 - Desenvolvimento da Sustentabilidade Ambiental no Turismo	49
2.3.5.2 Desempenho operacional do Programa 1166	50
2.3.6. PROGRAMA 1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	52
2.3.6.1 - Principais Ações do Programa 1332	52
Ação 8951 - Definição de Mecanismo de Retribuição por Serviços Ambientais	52
2.3.7. PROGRAMA 1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USOS SUSTENTÁVEIS DA AGROBIODIVERSIDADE	54
2.3.7.1 - Principais Ações do Programa 1426	54
Ação 6061 - Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica	54
Ação 8308 - Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural “GESTAR”	58
Ação 8998 - Implementação dos Polos de Utilização dos Polos do PROAMBIENTE em Escala Territorial	61
2.4 Desempenho Operacional	62
2.4.1 Programação Orçamentária	67
2.4.1.1 - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação da UJ	67
2.4.1.2 - Programação das despesas correntes	67
2.4.1.3 - Programação das despesas de capital	67
2.4.1.4 - Resumo da programação das despesas e reserva de contingencia	Não se aplica
2.4.1.5 - Movimentação Orçamentária por grupo de despesa	68

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

2.4.2 Execução orçamentária - Créditos recebidos na Unidade Jurisdicionada	70
2.4.2.1 - Despesa por modalidade de contratação	70
2.4.2.2 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa	70
2.4.2.3 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa	70
2.4.2.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	71
2.4.3 Evolução de Gastos Gerais	73
2.4.4 - Execução Física das Ações realizadas pela UJ (consolidado)	74
3. Informações sob a composição de recursos humanos	Não se aplica
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	Não se aplica
5. Inscrição de restos a pagar por exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	75
6. Quadro de detalhamento de transferências	76
7. Previdência complementar patrocinada	Não se aplica
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	77
9. Renúncia tributária	Não se aplica
10. Operações de fundos	Não se aplica
11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	79
11B. Relatório de cumprimento das deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU	81
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticada no exercício	Não se aplica
13. Registros atualizados nos sistemas SIASG e SICONV - DECLARAÇÃO	82
14. Outras informações da UJ	83
15. Informações contábeis da gestão - Declaração do Contador	84

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO		
Poder: EXECUTIVO		
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE		Código SIORG: 001927
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação completa: SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA.		
Denominação abreviada: SEDR/MMA		
Código SIORG:	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 440040- SEDR
Situação: ATIVA		
Natureza Jurídica: ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL		
Principal Atividade: GESTÃO AMBIENTAL		Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2028.1092 e 2028.1093	FAX(061) 2028.1481
Endereço eletrônico: SEDR@MMA.GOV.BR		
Página da Internet: http://www.mma.gov.br		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, bloco "B" - 7º andar - Brasília-DF - CEP.: 70.068-900.		
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Lei nº. 10.683/2003, de 28/05/2003 (DOU de 29/05/2003) e Decreto nº. 6.101, de 26/04/2007 (DOU de 27/04/2003).		
OUTRAS NORMAS INFRALEGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Portaria n.º 292, de 23/05/2007 (DOU de 28/05/2007).		
UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
UNIDADES GESTORAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
Código SIAFI	Nome	
440073	SEDR/BIRD-RFT	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
001551	TESOURO	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
440001		00001

2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.

2.1 - RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE - PAPEL NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

A política ambiental no ano de 2009, conforme a tendência observada ainda em 2008, expandiu os espaços de debate, intensificando a participação do MMA em importantes decisões que norteiam o desenvolvimento do país.

No âmbito da SEDR, citamos:

1. a Operação Arco Verde, estratégia planejada em 2008 e desencadeada em 2009, promovendo o diálogo e planejamento junto aos municípios da Amazônia Legal e que mais desmataram no ano de 2008, conforme levantamento do MMA, articulando diversas pastas ministeriais e incidindo sobre 43 municípios;
2. o Programa Mais Ambiente, Decreto do Exmo. Presidente da República, datado de 11 de dezembro de 2009, e que propõe ampla articulação de políticas públicas relacionadas à regularização ambiental, ação coordenada por esta unidade e que faz o diálogo ambiental com um universo de mais de 5 milhões imóveis rurais;
3. o Macrozoneamento da Amazônia Legal, finalizado ao final de 2009 e que propõe um novo modelo de desenvolvimento para a região;
4. o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade que identifica e estrutura investimentos, oferta de serviços, comercialização e demais ações atreladas ao produtos;
5. o Projeto de Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, enviado ao Congresso Nacional em junho de 2009;
6. o início da elaboração de Planos Estaduais de Combate à Desertificação e da estratégia do I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação, essa em novembro de 2009 e;
7. o espaço institucional criado para construir a Política Nacional de Gestão de Terras Indígenas, com potencial de abrangência de 13% do território nacional.

Tais ações nos permitem concluir que colaboramos com expressivo aporte à política ambiental, a partir do debate com diversos setores econômicos e sociais. Portanto, a avaliação é que, no contexto das responsabilidades institucionais da SEDR, foram implementadas políticas que culminaram em substanciais avanços no campo do desenvolvimento rural sustentável.

2.2 - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O exercício de 2009 foi marcado pela intensa interlocução com a sociedade, notadamente em torno da política de desenvolvimento rural sustentável, foco principal da atuação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

O debate ambiental foi constituído, por muito tempo, por meio da preservação e fiscalização, extremamente fundamentais ao país e a nação, mas não exclusivos no âmbito da política ambiental, ou melhor, socioambiental.

Assim, inserir o debate do uso sustentável é tarefa que impõe ao Governo a criação de espaços legítimos de construção da política ambiental, indicando à sociedade, e ao mesmo tempo a partir do clamor desta, que o desenvolvimento econômico e social deve considerar, cada vez mais, os bens ambientais, patrimônio da sociedade brasileira e da humanidade.

Nesse contexto, construir, ampliar e intensificar os espaços de diálogo requerem estratégias operacionais complexas, dado que envolvem capacidade de gestão, interlocução democrática, participação e inclusão.

A SEDR, no cumprimento da sua missão institucional, aprimorou em 2009 os espaços de articulação e construção de políticas, decisões apoiadas por componentes operacionais.

Exemplos são a profissionalização dos debates na Comissão Coordenadora do ZEE – Consórcio ZEE Brasil, na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, no Comitê Gestor da Operação Arco Verde, a criação de Comitê Gestor do Programa Mais Ambiente, envolvendo, inclusive, setores sociais.

Ademais, intensificamos a articulação com diversas pastas ministeriais, em ações de integração de políticas públicas. Importantes políticas de desenvolvimento econômico e social estão sob coordenação de pastas ministeriais que, a partir da interlocução, passam a adotar condicionantes ambientais na formulação de suas políticas.

Como sustentação a essas ações articuladas e integradas, arcabouços jurídicos são ferramentas cada vez mais utilizadas, tais como Portarias, Termos de Cooperação e Decretos, dentre outros, viabilizando a organização da administração federal no cumprimento de sua missão.

Cabe também ressaltar que aprimoramos o diálogo com instituições como a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas, que a partir de acompanhamentos e auditorias passam a constituir espaços de aprimoramento da política pública.

Portanto, os gastos da unidade são executados em favor da interlocução, da parceria, culminando em políticas e ações cada vez mais integradas, tendo em vista que os ativos ambientais suportam o desenvolvimento do país e assim, as políticas sociais e de desenvolvimento, principalmente no meio rural, foco de atuação da unidade, devem ser irrigadas por condicionantes de uso sustentável desses bens.

2.3 - PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES

2.3.1. PROGRAMA 0150 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos; Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista
Objetivos Específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral
Gerente do programa	Márcio Augusto Freitas de Meira
Responsáveis pelo programa no âmbito da UJ	Lyliá Guedes da Silva Galetti
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena; Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena; Coeficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano; Número de Terras Indígenas Regularizadas; Taxa de Aldeias em Situação de Vulnerabilidade; Taxa de Terras Sem Posse Indígena Plena.
Público-alvo (beneficiários)	Povos Indígenas

2.3.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0150:

➤AÇÃO 8671 - Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Fomentar projetos que visem o uso sustentável e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras, garantindo alternativas concretas para a recomposição da auto-sustentação dos povos indígenas brasileiros.
Descrição	Execução de iniciativas voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais presentes nas terras indígenas brasileiras, fomentando o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade das terras indígenas brasileiras por meio de: fomento a gestão dos recursos naturais estratégicos; recuperação de sítios/ecossistemas com ocorrência de espécies usadas para fins econômicos; fomento a ações voltadas ao desenvolvimento de alternativas para subsistência, apoio à comercialização de produtos extrativistas e utilização de espécies nativas que possam ser manejadas, ações de capacitação e de educação ambiental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Lyliá Galetti
Unidades executoras	440040 e 440001

Resultados da Ação:

a) Ações recentes

A ação 8671 é operada através da Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável junto às Comunidades Indígenas – Carteira Indígena - CI, que integra os Projetos de Cooperação Internacional BRAs 00/022 e 08/012. Trata-se de uma ação implementada em parceria com o MDS, que aporta recursos para a CI através da Ação Acesso à Alimentação (PAA – MDS).

A CI tem como objetivo Promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável entre os Povos Indígenas, de forma a contribuir para a garantia do direito humano à alimentação adequada, por meio do apoio e fomento a práticas produtivas ambientalmente

sustentáveis, à gestão ambiental e ao uso sustentável da biodiversidade das terras indígenas, com respeito às identidades culturais indígenas, estímulo ao resgate, à valorização, à manutenção e revitalização de seus conhecimentos tradicionais e ao fortalecimento de sua autonomia.

Ao longo de 2009, a CI incrementou os esforços que vem realizando para fomentar a inclusão produtiva de comunidades indígenas e a gestão ambiental de suas terras, promovendo a adoção de atividades sustentáveis, do ponto de vista sociocultural, econômico e ambiental, e atividades de capacitação e de fortalecimento das associações comunitárias indígenas. Parcerias foram consolidadas, como fruto de articulações com outras políticas de governo, especialmente com a FUNAI e o MDA, com ênfase em ações estruturantes que contribuam para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. Destaque-se, neste sentido, o protagonismo da CI no âmbito do Grupo de Trabalho Interinstitucional – MMA e Ministério da Justiça para a elaboração da minuta da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (Portaria 434/2009, que reedita altera portaria anterior de criação do GTI).

As ações mais recentes, executadas entre dezembro de 2008 e dezembro de 2009, com recursos alocados pelo MDS, já seguem as novas Diretrizes e normas de Acesso aos Recursos da CI e estão relacionadas a seguir:

- Fomento a projetos novos: foram aprovados 38 projetos no ano de 2009, no valor total de R\$ 2.086.073,93. Destes, 15 já receberam a primeira parcela dos recursos, com respectivo empenho das segundas parcelas. Os demais projetos aprovados estão em tramitação para o repasse de recursos.
- Projetos em andamento: foram repassados R\$ 325.894,96, correspondentes à segundas parcelas dos recursos aprovados, para garantir a continuidade e finalização dos projetos;
- Eventos de divulgação, capacitação e apoio à gestão ambiental:
 - Apoio e divulgação da CI no I Encontro de Segurança Alimentar e Nutricional – DSEI-XINGU;
 - Apoio e divulgação da CI no I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas;
 - Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira;
 - Apoio aos eventos indígenas no Fórum Social Mundial 2009;
 - Apoio aos eventos indígenas no âmbito do IX Encontro de Culturas Tradicionais Chapada dos Veadeiros;
 - realização do Seminário “Acesso a Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional para os Povos Indígenas” (PAA, PRONAF, e outras), em parceria com MDS, FUNAI, MDA e CONAB;
 - Realização do Seminário para apoio ao Projeto de Vigilância/Monitoramento e Gestão Ambiental Territorial das Terras Indígenas Xavante: Sangradouro/Volta Grande e Marechal Rondon, em parceria com a FUNAI e MDA;
 - I Consulta Regional da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas – Recife/PE;
 - II Consulta Regional da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas – Curitiba/PR;
 - Acompanhamento e monitoramento da execução dos projetos

Nº de Viagens	Estados	Projetos visitados
2	TO	8
2	CE	13
3	MG	5
1	PB	2

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

2	RS	5
2	RO	1
1	PE	9
2	MT	6
11	MS	33
1	AM	1
2	AL	7
2	SP	2

Total: realizadas 31 viagens técnicas, nas quais foram visitados 92 projetos.

b) Sistemática de análise dos projetos

Instância de controle social e deliberação sobre os projetos e gestão dos recursos:

Comitê Gestor - CG: composto por 16 representantes de Governo, 12 representantes indígenas indicados pelas organizações regionais; e 4 representantes indígenas indicados pelo CONSEA.

O CG realiza reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias, quando necessário. Em 2009 foram realizadas 4 reuniões em Brasília-DF tendo como resultados a deliberação da cerca 115 projetos, dos quais 38 projetos foram Aprovados; Além disso, o CG debateu e homologou as Novas Diretrizes da Carteira Indígena, Aprovadas na II Oficina Nacional

Fluxo de aprovação de projetos: são recebidos pela Coordenação da Carteira Indígena, equipe do MMA, e encaminhado para parecer de sua equipe técnica, que emite parecer recomendando ou não a aprovação do projeto. Deliberação do CG sobre os projetos, após avaliação do relator indicado e dos demais membros do CG; os projetos aprovados sem condicionantes seguem para a elaboração de contrato com o PNUD e posterior assinatura pela proponente para que os recursos possam ser repassados. Projeto aprovados com condicionantes são encaminhados à proponente para que as atendam, o que é requisito para o repasse dos recursos. Caso o projeto seja reprovado, a proponente é informada, esclarecendo-se os motivos da não aprovação.

c) Monitoramento e Avaliação

O monitoramento dos projetos apoiados vem sendo desenvolvido de forma continuada através de visitas técnicas de acompanhamento e vistorias, realizadas pela equipe técnica da Carteira Indígena e, em vários estados, por técnicos da FUNAI. **Em 2009, foram visitados, pelo menos uma vez, 42 projetos dos 103 projetos em execução e 105 executados.** O Plano Operacional de Monitoramento que começou a ser implementado em fevereiro de 2009 e com o qual se pretende chegar a 25% dos projetos monitorados, será intensificado em 2010.

A avaliação dos impactos das ações da Carteira Indígena também vem sendo feita de forma continuada. A partir de 2006, esta avaliação se deu, a partir dos resultados observados pela equipe técnica, através das visitas de monitoramento; dos Relatórios de Prestação de Contas, apresentados pelas instituições proponentes dos projetos, e através de fóruns específicos, com a participação dos beneficiários e parceiros, tais como: duas oficinas com parceiros federais e um Seminário Nacional de Avaliação, com expressiva participação dos beneficiários; Encontros de Intercâmbio Regionais preparatórios para a II Oficina Nacional de Trabalho. Atualmente, encontra-se em andamento uma consultoria destinada a avaliar as ações da CI, seus impactos sobre a qualidade de vida e a segurança alimentar e nutricional das comunidades, entre outros aspectos.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	765.000,00	585.134,82	179.865,18	179.865,18	100
Física	5	-	-	15	300

➤ Ação 6063 - Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto)

Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.
Descrição	Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI ; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Lylia Galetti
Unidades executoras	440048,440040 e 440001

Resultados da Ação:

A atuação dos “Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas” (PDPI) ocorre a partir de duas frentes de ação: o componente de “apoio aos subprojetos”, analisados em fluxo contínuo nas áreas temáticas de proteção das terras indígenas, atividades econômicas sustentáveis e valorização cultural; e o “fortalecimento institucional” do Movimento Indígena organizado da Amazônia.

No ano de 2009 foram aprovados 27 novos subprojetos no componente “apoio aos subprojetos”, totalizando, desde 2001, 149 subprojetos aprovados pelo PDPI. Em 2009, 19 novos projetos foram contratados e tiveram a primeira parcela paga. No entanto, o total de projetos em andamento no ano foi de 44, para os quais foram desembolsados R\$ 3.094.558,27.

No componente “fortalecimento institucional” merecem destaque o apoio à implementação de 6 Cursos de Formação de Gestores de Projetos Indígenas e o apoio à 35 iniciativas de articulação do movimento indígena, totalizando R\$ 1.598.407,96 repassados às organizações indígenas.

Além das atividades relacionadas aos subprojetos, a equipe do PDPI participou de instâncias de debates e grupos de trabalho, com destaque para as reuniões da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e para o grupo de trabalho interministerial para a elaboração da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

No âmbito de apoio aos subprojetos, foram importantes as parcerias realizadas com as organizações indígenas e, em alguns casos, com os estados. Nas atividades da PNGATI são fundamentais as parcerias com a Carteira Indígena (MMA), Departamento de Áreas Protegidas (MMA), ICMBio, FUNAI, GTZ e organizações não governamentais.

A aprovação dos subprojetos segue um fluxo que se inicia com o recebimento da proposta elaborada pela organização indígena e em seguida a triagem, em que se verifica se o subprojeto se enquadra na linha de apoio. Os subprojetos que são considerados aptos na triagem são enviados a pareceristas que recomendam ou não a sua aprovação. Os subprojetos recomendados pelos pareceristas são encaminhados à Comissão Executiva (CE), formada paritariamente por representantes governamentais e representantes indígenas, que aprova ou reprovava os subprojetos. A equipe do PDPI realiza, com os subprojetos aprovados pela CE, uma capacitação inicial para em seguida dar encaminhamento aos procedimentos de contratação.

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

Os recursos são liberados em parcelas bimestrais, devendo a organização proponente do subprojeto prestar conta financeira a cada dois meses e prestar conta técnica, por meio de apresentação de relatórios, a cada seis meses. A liberação das parcelas tem como condição a apresentação das prestações de contas nos prazos estabelecidos, mas mesmo assim existem casos de inadimplência. Nesses casos, as soluções das pendências estão sendo cobradas oficialmente.

Um dos maiores problemas enfrentados pelo PDPI é a equipe reduzida frente ao aumento contínuo da demanda de trabalho, o que tem ocasionado a priorização de algumas atividades em detrimento de outras.

Como ponto positivo é importante ressaltar o papel fundamental que as organizações e comunidades indígenas desempenham na implementação do PDPI, uma vez que, além de elaborarem seus próprios projetos, executam todas as atividades dos subprojetos e realizam a prestação de contas.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	6.465.000,00	6.166.478,32	298.521,68	298.521,68	100
Física	11	-	-	19	172,73

Execução Física das ações realizadas no Programa-0150

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
18	541	0150	8671	A	4	unidade	5	15	4
18	541	0150	6063	A	4	unidade	11	19	6

2.3.2. PROGRAMA 0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECÔNOMICO

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.
Objetivos Específicos	• Subsidiar a elaboração de planos, programas e projetos e propor alternativas para tomada de decisão, segundo o enfoque da compatibilização das atividades econômicas com o ambiente natural. • Conjuguar os elementos de diagnóstico físico-biótico e socioeconômico, para estabelecer macrocenários exploratórios com vistas a apresentar alternativas ao desenvolvimento social, ambientalmente sustentável. • Identificar as políticas públicas nacionais de desenvolvimento e de meio ambiente, comparando suas afinidades e incongruências. • Reunir esforços de sistematização de dados e informações para dar suporte e agilizar os ZEEs regionais e estaduais. • Conceber e implementar formas de divulgação pública das informações utilizadas no processo de ZEE. • Identificar oportunidades de uso dos recursos naturais, estabelecendo os parâmetros necessários para sua exploração. • Identificar e analisar problemas ambientais, tais como áreas degradadas, usos inadequados dos solos, das águas superficiais e subterrâneas, exploração irregular de recursos ambientais e desenvolvimento urbano descontrolado. • Identificar conflitos de interesses entre os usos dos recursos naturais e as políticas ambientais, bem como a concorrência desses usos. • Identificar e analisar problemas socioeconômicos da população brasileira, em suas diferentes regiões, correlacionando-os a processos de dinâmica territorial. • Propor as diretrizes legais e programáticas de caráter preservacionista e de desenvolvimento econômico e social para cada sistema ambiental identificado e, quando for o caso, de ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos, porventura ocorridos. • Promover o desenvolvimento de técnicas e instrumentos necessários para a elaboração de ZEE. • Propor a elaboração de instrumentos legais visando o desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões do país. • Criar saídas (respostas) dos sistemas de informações que atendam aos principais usuários da gestão territorial. • Estimular mecanismos que favoreçam a criação e implementação de instrumentos e técnicas voltadas para a análise ambiental. • Promover o desenvolvimento de técnicas e instrumentos necessários à elaboração de ZEE. • Criar mecanismos de sistematização das informações existentes e garantir seu amplo acesso, divulgando as ações do ZEE, em formato analógico, multimídia e <i>internet</i>. • Estruturar o Banco de Dados Geográficos (BDG), de amplo acesso e facilitado uso, com os dados primários e secundários utilizados e produzidos pelos projetos, inclusive seus respectivos meta-dados. Tais dados serão gerenciados através de um Sistema Gerenciador de BDG, com o emprego de ferramentas que garantam o acesso via web das informações geoespaciais.
Gerente do programa	Egon Krakhecke
Gerente executivo	Roberto Ricardo Vizentin
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Roberto Ricardo Vizentin
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Zoneamento do Território Nacional
Público-alvo (beneficiários)	Agentes de planejamento e gestão ambientais (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)

2.3.2.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0512:

Código	Descrição	Unidade Executora
2272	Gestão e Administração do Programa	MMA/SEDR/DZT
7413	Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na Escala 1:1.000.000	MMA/SEDR/DZT
1J30	Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal	MMA/SEDR/DZT
7965	Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico	MMA/SEDR/DZT
8320	Apoio à Gestão Ambiental em Áreas de Vulnerabilidade Ambiental	MMA/SRHU
8896	Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos	MMA/SEDR/DZT
8689	Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000	MI

➤ AÇÃO 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440040 e 440001

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	460.000,00	459.290,00	459.290,00	100

➤ **AÇÃO 7413** – **Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala 1:1000.000**

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Consolidar o macrodiagnóstico e macrozoneamento do país na escala da União
Descrição	Elaboração de macrocenários exploratórios de desenvolvimento e uso dos recursos naturais, na escala nacional, para orientar projetos regionais e locais de Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, bem como subsidiar a discussão sobre desenvolvimento regional no Brasil; organização e aplicação de indicadores nacionais; articulação, padronização e automatização da base de informações na escala do milhão
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440040 e 440001

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	6.181.434,00	1.212.495,33	1.212.495,33	100

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	47,00%	25,00%	60,00%	240,00%	Projeto Executado	% execução física

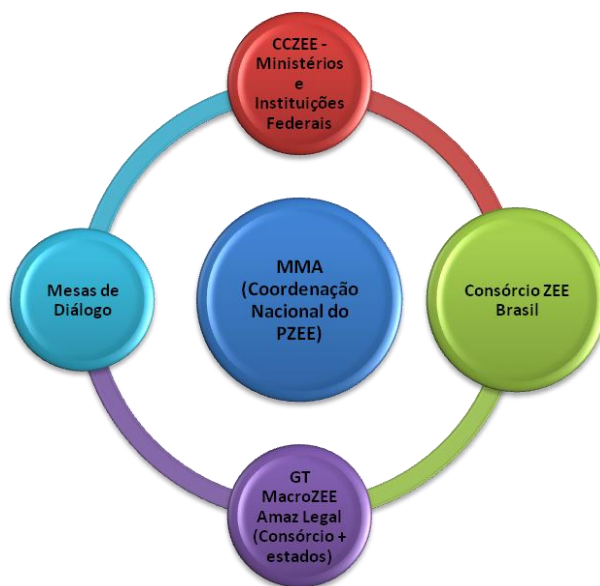
A) Macrozoneamento da Amazônia Legal

A construção da proposta do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal

O arranjo institucional para a construção da proposta do MacroZEE da Amazônia Legal considerou os diferentes atores que atuam na região. Estes contribuíram para a elaboração da presente proposta, tanto no fornecimento de dados, estudos e diagnósticos, quanto na participação efetiva em Mesas de Diálogos, oficinas e outros encontros destinados à sua elaboração, fornecendo demandas, apresentando expectativas e discutindo as Unidades Territoriais e estratégias propostas para o território.

Para além das institucionalidades já envolvidas nos processos de Zoneamento Ecológico-Econômico - conforme definido no Decreto s/nº de 28/12/2001 – a CCZEE e o Consórcio ZEE Brasil –, este processo foi responsável por uma nova institucionalidade, fundamental para ampliar a arena de colaboração e o comprometimento dos estados federados. Assim, foi instituído pela Portaria nº 414, de 20 de novembro de 2009, do Ministério do Meio Ambiente, Grupo de Trabalho para participar da elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, composto pelas instituições do Consórcio ZEE Brasil e por representantes de cada um dos nove estados da região. A Portaria formalizou a constituição do grupo que, no entanto, já vinha trabalhando desde 2004, tendo sido sua constituição formal uma deliberação da CCZEE.

Figura 01 – Articulação institucional para a elaboração do Macrozoneamento da Amazônia Legal



O processo contou ainda com a participação de inúmeras instituições da sociedade civil, do setor produtivo, da academia e de organizações não-governamentais, que atendendo ao chamado das Mesas de Diálogos muito contribuíram para o adensamento da presente proposta do MacroZEE da Amazônia Legal.

Etapas do processo de construção

O processo de construção da proposta do MacroZEE da Amazônia Legal contou com quatro grandes etapas: (1) marco teórico-conceitual; (2) levantamento e integração de dados; (3) consultas setoriais; e (4) refinamento das Unidades Territoriais e suas respectivas estratégias. Inicialmente foi identificada como essencial a construção de um marco teórico-conceitual que orientasse a construção da proposta e a definição das Unidades Territoriais e das estratégias. O desafio foi enfrentado com a colaboração da Profa. Bertha Becker, geógrafa e renomada pesquisadora, com mais de 30 anos de estudos teóricos e empíricos sobre a Amazônia e diversos livros publicados. A proposta teórico-conceitual e metodológica apresentada foi debatida e aprovada pela CCZEE em agosto de 2009, passando a ser adotada como documento de referência para o prosseguimento dos trabalhos.

O principal objetivo da fase de levantamento e integração de dados foi coletar e reunir informações sobre a Amazônia Legal dos órgãos que compõem a CCZEE e o Consórcio ZEE Brasil; assim, foram feitos contatos multi e bilaterais, com o objetivo de recolher dados e informações que pudessem subsidiar o processo de desenho das Unidades Territoriais, conforme estabelecido no marco teórico-conceitual e metodológico. Dentre as instituições do Consórcio ZEE Brasil, destaca-se nesta fase a atuação do IBGE, que se responsabilizou pela reunião das informações e pela produção dos mapas temáticos, subsídios fundamentais na elaboração da proposta das Unidades Territoriais. O produto final desta fase foi a versão zero do MacroZEE da Amazônia Legal, apresentado à CCZEE e ao GT para o MacroZEE da Amazônia Legal.

As Mesas de Diálogos constituíram-se nos fóruns de consulta, com a apresentação da versão zero do projeto para uma multiplicidade de segmentos, abrangendo a diversidade de atores cujos modos de vida e de produção influenciam e são influenciados pelas políticas públicas vigentes sobre a Amazônia Legal. Assim, durante o mês de outubro de 2009 foram realizados em Brasília oito encontros, contando com a participação de mais de 150 representantes, dos seguintes segmentos: organizações ambientalistas e Academia; representantes da Indústria e da Agricultura, liderados pela Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional da Agricultura, respectivamente; movimentos sociais rurais; bancos públicos; representantes de municípios da Amazônia Legal; e povos

e comunidades tradicionais. A metodologia constou da apresentação da proposta, seguida de debates e da disponibilização do documento para que pudessem ser feitas contribuições posteriores.

Vencida a etapa das consultas e de posse dos subsídios preliminares obtidos, deu-se início à etapa de definição de estratégias, com o adensamento da proposta para elaboração da presente versão do documento, denominado Macrozoneamento da Amazônia Legal – Versão para debates. Desta forma, a elaboração da versão que está sendo submetida à consulta pública contou com a participação dos segmentos acima mencionados, que em maior ou menor grau, contribuíram para sua construção. Esta foi uma etapa de imersão no desenho da proposta, quando foram realizadas três Oficinas, de dois a três dias de duração, com os representantes estaduais da Amazônia Legal, representantes do Consórcio ZEE Brasil e membros da CCZEE.

O primeiro passo constou da análise da proposta de Unidades Territoriais do MacroZEE à luz do Mapa Integrado dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos dos Estados da Amazônia Legal, anteriormente elaborado. O exame indicou que, em linhas gerais, as Unidades Territoriais propostas se harmonizavam com as macrozonas apresentadas no Mapa Integrado, procedendo-se à alguns ajustes. Foi identificada ainda a necessidade de criação de duas novas Unidades Territoriais, de modo a refletir especificidades locais, uma no Pantanal mato-grossense e outra no estado de Roraima, que apresenta realidade diferenciada em relação ao coração florestal. Ao longo das Oficinas o grupo foi consolidando os conceitos sobre as diferentes escalas de trabalho e os mecanismos para compatibilização entre o MacroZEE e os zoneamentos estaduais. A etapa final foi dedicada à revisão da caracterização e das estratégias para cada Unidade Territorial (*Figura 02*), tendo sido fundamental as contribuições dos estados e das instituições do Consórcio e da CCZEE.

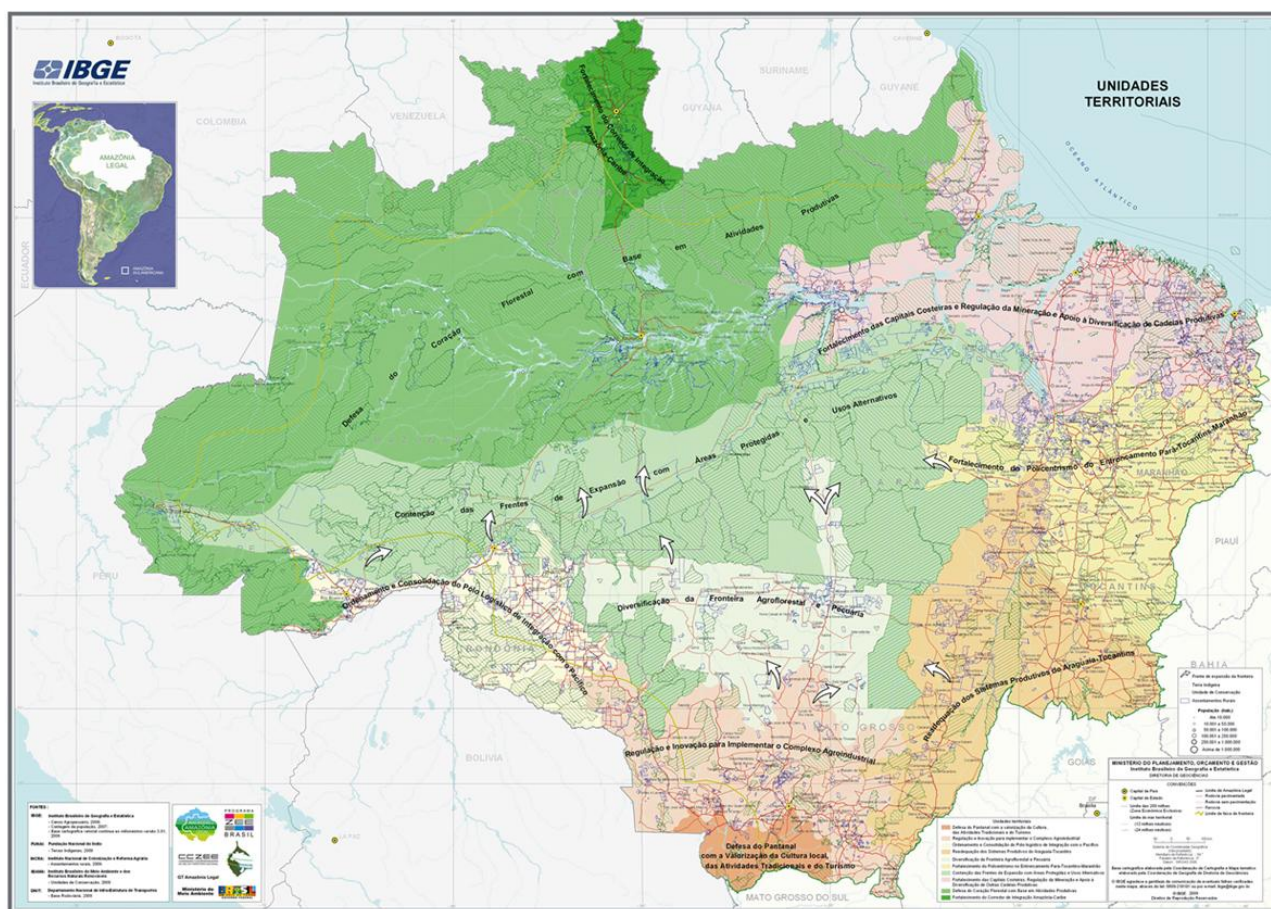


Figura 02 – Unidades Territoriais do Macrozoneamento da Amazônia Legal

FONTE: www.mma.gov.br/zeeamazonia.

B. Macrozoneamento da Região Nordeste/Caatinga:

- Realização da primeira reunião de articulação para o ZEE Nordeste em Recife/PE, em 5 de março de 2009.
- Elaboração do termo de referência do ZEE Nordeste.
- Anúncio da realização do ZEE do Nordeste, no dia da Caatinga, em atividade comemorativa realizada no Congresso Nacional.
- Articulação entre MMA, INPE e IBGE para elaboração do mapeamento do Uso da Terra para a região Nordeste.

C. Projetos Especiais

1) ZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco:

- Lançamento na internet dos diagnósticos do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
- Fechamento do acordo de cooperação técnica para a instalação do Centro de Apoio à Gestão Ambiental e Territorial-CEGATs, em Parceria com a SRHU/MMA e a Universidade Federal de Alagoas, em Penedo/AL, com envio de equipamentos.
- Início das licitações para a elaboração dos cenários para o ZEE do São Francisco e para aquisição dos equipamentos para os CEGATs

2) ZEE da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba:

Com relação à bacia do Parnaíba, no ano de 2009 foi encaminhado o convenio com o estado Piauí que representa grande parte do território da Bacia no valor de R\$350.000,00.

A meta é de finalizar em 2010 o ZEE da Bacia e ZEE dos cerrados piauienses.

No início de 2010 foi criada a RVS Peixe Marinho no Delta do Parnaíba, uma das diretrizes do ZEE do Baixo Parnaíba e que teve nossa participação no processo.

D. Apoio aos estados:

- Apoio técnico ao ZEE do estado da Bahia, com acordo de cooperação técnica firmado.
- Apoio técnico ao ZEE do estado de Sergipe, com acordo de cooperação técnica firmado.

➤ **ACÃO 1J30 – Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal**

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Elaborar a base cartográfica digital contínua da Amazônia Legal em escala 1:100.000
Descrição	Avaliação e validação (homologação pela Diretoria de Serviços Geográficos do Exército - DSG e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) das bases cartográficas elaboradas pelos estados de Rondônia, Acre, Maranhão, Tocantins e Amapá. Conversão para o meio digital e atualização da base analógica existente, elaborada pela DSG e pelo IBGE. Elaboração da base preliminar do vazão cartográfico existente na região. Ajuste, correção e homologação da base cartográfica do Estado do Mato Grosso. Integração das bases em arquivo digital único.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizenin
Unidades executoras	440073

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	4.516.000,00	1.004.029,70	1.004.029,70	100

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	1640	1640	1640	100	Carta	unidade

A. Contextualização

O projeto intitulado “Base Cartográfica para Amazônia Legal” procura demonstrar que a falta de uma base cartográfica digital contínua na Escala de 1:100.000 na Amazônia Legal, dificulta sobremaneira o planejamento regional voltado para o desenvolvimento sustentável dentro do conceito da gestão ambiental integrada. Justifica ainda a solicitação de financiamento externo que têm sua origem nos recursos remanescentes do SPRN (Subprograma de Políticas e Recursos Naturais) que identifica a origem do recurso e possibilita o financiamento do projeto.

O custo total do projeto é de US\$ 5,0 milhões, sendo US\$ 4,5 milhões financiados pelo Fundo Fiduciário do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, gerenciado pelo Banco Mundial, e US\$ 500,0 mil como contrapartida do governo brasileiro.

O prazo de execução do contrato é de 15 meses, tendo iniciado em 06 de dezembro de 2007 e com seu término previsto para 31 de março de 2009. No entanto devido aos atrasos advindos dos problemas de formalização burocrática do projeto, no que se refere a assinatura dos termos de cooperação técnica com o Exército e com o IBGE e o efetivo repasse de recursos, sendo estes viabilizados para o caso do Exército em julho de 2008 e para o IBGE em setembro de 2008, este projeto com o apoio da STN/COFIN e da ABC pleiteou e obteve a prorrogação junto ao BIRD – Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento até 31 de Dezembro de 2009.

O objetivo geral do projeto é “Elaborar a base cartográfica digital contínua da Amazônia na escala 1:100.000 que passará a integrar o Sistema Cartográfico Nacional”. A projeto localiza-se na Amazônia Legal.

Em seu arranjo institucional este projeto destaca como órgão coordenador pelo governo brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e como Co-executores o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE do Ministério do Planejamento e a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército / Ministério da Defesa. Destaca ainda que, após a conclusão do projeto, as instituições Co-executoras ficarão responsáveis pela manutenção da base cartográfica.

B. Montante Desembolsado

O contrato tem o valor de US\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil dólares), financiado pelo Fundo do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – RFT e gerenciado pelo Banco Mundial-BIRD.

O montante desembolsado do empréstimo é apresentado neste documento através dos valores disponibilizados em 05. 02 de 2010:

- Lei Orçamentária Anual 2008
- Recursos disponibilizados pelo Tesouro
- Despesas comprovadas
- Saldo a comprovar/reembolsar

Dados atualizados até 17/03/2010 -Fonte: SIAFI/SIDOR (Client Connection)

C. Montante de Pedido de Reembolso

Até o momento foi disponibilizado pelo BIRD, para a conta especial o valor de **US\$ 4.500.000,00**, conforme contrato.

As solicitações de reembolso do projeto Base Cartográfica corresponderam à **R\$ 7.257.665,26** que requisitados ao BIRD pelo STN e ocorreu até a terceira semana do mês de março de 2010.

D. Ações para o apoio ao projeto

- Para o apoio ao projeto foram realizadas ações de apoio direto aos convenientes, entre elas:
- Visita aos co-executores para acompanhar a elaboração das folhas e apoio técnico as prestações de contas;
- Orientação sobre prestação de contas dos co-executores.
- Orientação e acompanhamento através do SIGMA.

E. Cronograma de implementação

Visando as ações para o alcance dos resultados propostos, apresenta-se neste item o cronograma de implementação das metas. No entanto, vale salientar que o Projeto é plurianual e no ano de 2009 a meta era de 1.640 cartas, que foi plenamente alcançada.

E.1) Cronograma de entrega de produtos Exército

– Estágio atual e estimativo de alcance de metas da Diretoria de Serviços Geográficos do Exército Brasileiro (DSG) referente ao Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia:

Metas Físicas	Metas	%
Avaliação técnica da qualidade dos arquivos vetoriais de 201 (duzentas e uma) folhas – Estados do AC, AP, e TO	201	100
Conversão para o meio digital, atualização, estruturação e validação e preparação para carga em banco de dados para utilização em sistemas de informações geográficas de 425 (quatrocentas e vinte e cinco) folhas – Estados do AM e PA	425	100
Ajuste e correção, atualização e a preparação para carga em banco de dados para utilização em sistemas de informações geográficas de 282 (duzentas e oitenta e		

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

duas) folhas - Estado do MT	282	100
Construção de 324 (trezentas e vinte e quatro) cartas topográficas preliminares, na escala 1:100.000, com base em imagens georreferenciadas de sensor orbital de média resolução, relativas à região de vazio cartográfico – Estados do AM, MT e PA	324	100
TOTAL - 1.232	1.232	100

E.2) Cronograma de entrega de produtos IBGE

– Estágio atual e estimativo de alcance de metas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia para março de 2010.

Metas Físicas	Metas	%
Avaliação técnica da qualidade dos arquivos vetoriais de 421 folhas - Estados AP, MA, RO, RR	421 prontas	100
Conversão para o meio digital, atualização, estruturação e validação e preparação para carga em banco de dados para utilização em sistemas de informações geográficas de 36 folhas – Estados do AM e PA	36 prontas	100
Construção de 126 cartas topográficas preliminares, na escala 1:100.000, com base em imagens georreferenciadas de sensor orbital de média resolução, relativas à região de vazio cartográfico – Estado do PA	126 prontas	100
TOTAL - 583	583	100

F. Disponibilidade de contrapartida

A contrapartida prevista está indicada na **LOA – 2009** no orçamento de 2010 , na ação **18.127.0512.1J30-0001** como se segue:

IDOC	PROGRAMA	Natureza de despesa	Dotação	AÇÃO FUNCIONAL	DIRETORIA /SETOR
2865	0512			18.127.0512.1J30-0001 “Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal”	DZT-BASE CARTOGRÁFICA
	Contrapartida	3380-39	R\$ 413.000,00		
		3390-00	R\$ 1.703.000,00		
		4490-00	R\$ 2.400.000,00		

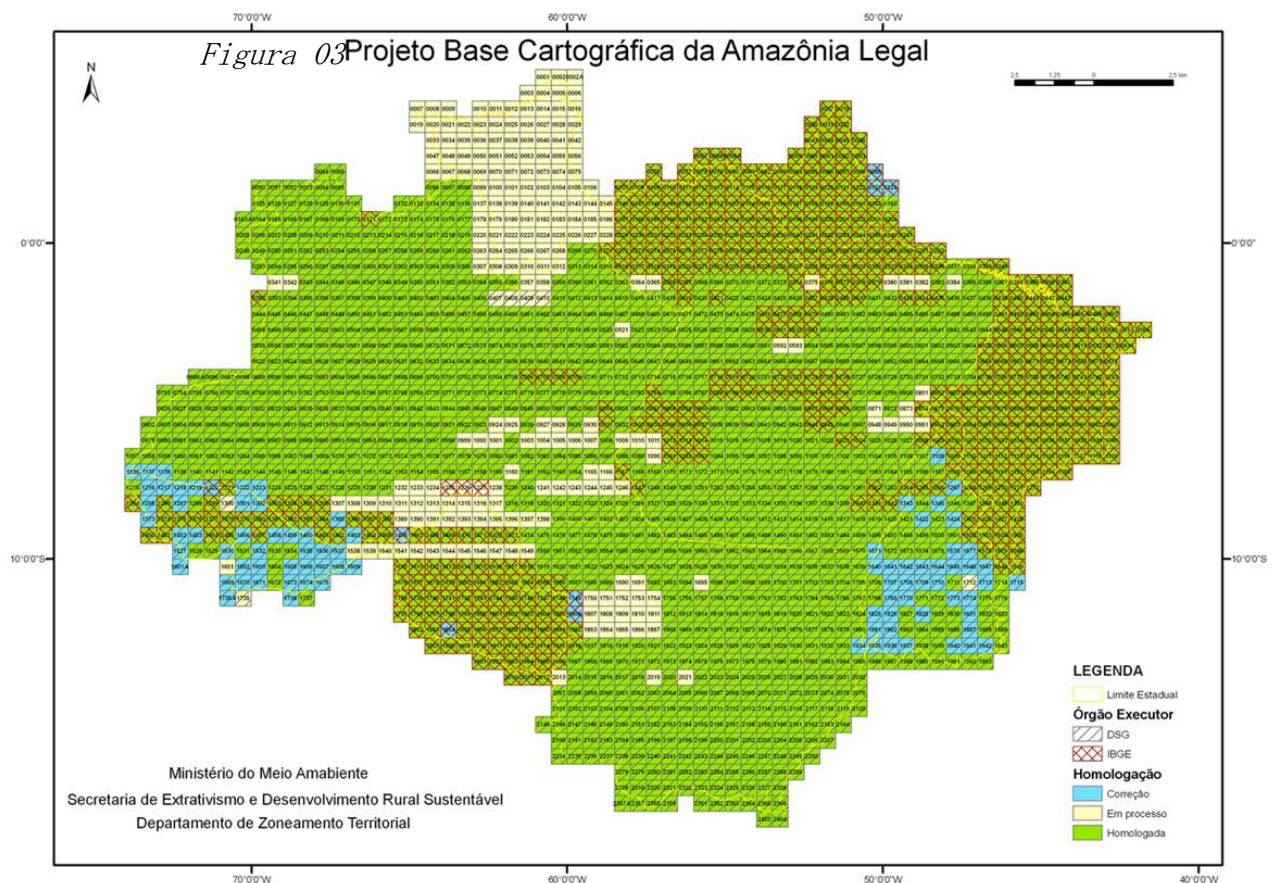
G. Últimas ações do Projeto Base Cartográfica

No mês de novembro foram realizadas viagens de monitoramento do Projeto Base Cartográfica da Amazônia Legal na escala de 1:100.000 (Projeto BCAL), nas Divisões Regionais do Exército e no IBGE. Os Objetivos do monitoramento nesta fase final foram o acompanhamento da execução do projeto, a averiguação dos lançamentos contábeis financeiros no SIGMA e a preparação de evento a ser realizado em dezembro.

No mês de dezembro foi realizado um workshopping, coordenado pelo MMA e com o patrocínio do PPG7/Banco Mundial, para a apresentação do estágio atual do Projeto Base Cartográfica da Amazônia Legal na escala de 1:100.000 (Projeto BCAL). Nesse evento estavam presentes as instituições executoras e as instituições usuárias da referida base. Como resultado dos trabalhos ficou prevista a elaboração de um projeto para a disseminação da base cartográfica concluída através de um geoportal, bem como a necessidade da criação de metodologias e estratégias para a atualização e compartilhamento com os estados da Amazônia Legal desta mesma base. Também foi discutida a possibilidade da realização de outros eventos de disseminação da BCAL.

O Projeto BCAL pode ser avaliado fisicamente como tendo cumprido satisfatoriamente os seus objetivos para o ano de 2009. No entanto, fica patente a necessidade da disseminação das informações e dados gerados para os usuários finais. Neste sentido apresenta-se a possibilidade desta disseminação através de um geoportal. Vale salientar que as alterações antrópicas no meio ambiente provocam a necessidade de constantes atualizações (ex.: uma estrada recém pavimentada ou mesmo uma ponte), para tanto faz-se necessário a criação de metodologias e estratégias que possibilite essas atualizações e o compartilhamento dos dados e informações com os estados da Amazônia Legal.

Em relação a execução financeira, cabe ressaltar que os valores orçados para 2009 refletiram a expectativa de uma menor execução dos recursos de 2008. No entanto no último trimestre daquele ano conseguimos executar uma parte significativa do orçamento. Portanto a previsão de recursos para o ano de 2009 foi maior que a necessidade do Projeto. Neste sentido o percentual de execução financeira não reflete a execução física, que, em grande parte, foi financiada com os recursos de 2008. Vale salientar que os valores executados em 2008 e 2009 correspondem ao valor previsto para Projeto BCAL.



FONTE: www.mma.gov.br/zee.

➤ **AÇÃO 7965 – Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico**

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar a gerência e os usuários do Programa, bem como os executores regionais, estaduais e locais de ZEE, de informações sistematizadas e organizadas em uma mesma base de dados.
Descrição	Desenvolvimento do Projeto do Banco de Dados; padronização da linguagem entre as instituições consorciadas; implantação do sistema de tratamento da informação espacial; desenvolvimento, manutenção e suporte para produtos de software de domínio público para geração de produtos de Programa; aquisição, tratamento e interpretação de imagens de sensoriamento remoto para atualizar cartografia básica e temática e identificar unidades ambientais; construção e manutenção de portal na internet; compartilhamento de dados e procedimentos entre diferentes bancos; criação de módulos de acesso.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Zoneamento Territorial
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440040 e 440001

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	970.000,00	185.227,46	185227,46	100

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	7,00%	7,00%	7,00%	100,00%	Sistema implantado	% execução física

O projeto está sendo desenvolvido como parte do sistema de informações do Ministério do Meio Ambiente (Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente - SISNAMA), concebido no âmbito da CGTI - Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação.

Foi realizado o levantamento dos dados e informações dos ZEEs realizados e em execução, no entanto a concepção do modelo conceitual deste Sistema ainda não foi realizado pois este é um dos produtos que serão gerados pelo Projeto Executivo para operacionalização do modelo de dados geoespaciais do ZEE, projeto que está em elaboração. A estrutura do atlas digital do Macrozoneamento já foi concluída, e no momento estão sendo documentados os dados que serão a incorporados neste atlas.

Os dados do Macrozoneamento da Amazônia Legal foram estruturados tendo como parâmetro a Estrutura de Dados Geográficos Vetoriais (EDGV), estabelecido pela Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), conforme pode ser observado por meio da figura a seguir:



Figura 04 – Estruturação de dados do Macrozoneamento da Amazônia Legal

> AÇÃO 8896 – Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Avaliar a dinâmica socioambiental, estabelecer cenários e propor medidas de gestão dos espaços litorâneos.
Descrição	Implementação dos instrumentos de gerenciamento costeiro, como suporte à mediação de conflitos entre os diversos usos das áreas litorâneas e à tomada de decisões, mediante a harmonização de diretrizes e procedimentos, a nível federal, com a sociedade e os setores produtivos, em especial os setores de infra-estrutura (energia e transporte), turismo, desenvolvimento urbano e recursos-vivos marinhos, visado à proteção ambiental da região.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Zoneamento Territorial
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440040 e 440001

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	881.746,00	346.572,45	346.572,45	100

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	2	2	1	50	Diagnóstico realizado	unidade

No período de Julho a Dezembro foram realizadas as seguintes atividades:

- Conclusão, em julho, do documento de consultoria contendo proposta para os Planos de Área.
- Publicação do "Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil", com os respectivos bancos de dados / shape files, em meio digital.
- Participação e apresentação da iniciativa do MMA com a ANTAQ, no âmbito da Agenda Ambiental Portuária, para produção da "Série AAP" na 1ª Convenção Hemisférica de Proteção Ambiental Portuária, realizada em Foz do Iguaçu-PR, de 21 a 24 de julho, e organizada pela OEA e Governo do Estado do Paraná.
- Apresentação de parecer ao Gabinete do Ministro, sobre a iniciativa da COI/UNESCO e do PNUMA para adesão, também do Brasil, ao programa "Governança do Oceano", visando estabelecer um processo regular para promover uma avaliação global e integrada do estado do oceano.
- Participação na 39ª Sessão extraordinária do GOOS-Brasil, realizada no dia 20 de agosto na cidade de Niterói-RJ, com foco na integração do gerenciamento costeiro às atividades de monitoramento oceanográfico.
- Participação em reunião da CTCOST, no dia 10 de setembro.
- Participação e apresentação de trabalho no Seminário Internacional sobre Gestão do Desenvolvimento de Áreas Costeiras, realizado de 23 a 25 de outubro em Maragogi-AL.
- Participação e apresentação de trabalho no V Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa, realizada em Itajaí-SC, de 29 de setembro a 2 de outubro.
- Participação na II Reunião do Colegiado Mar da Rede da Biosfera da Mata Atlântica, realizada em Brasília-DF, no dia 14 de outubro.
- Participação em reunião da Frente Parlamentar Ambientalista, realizada na Câmara dos Deputados, no dia 15 de outubro, tratando de diversos assuntos relativos à agenda parlamentar de interesse ao gerenciamento costeiro.
- Participação na 24ª Reunião da CTCOST, que trata da integração da gestão de bacias hidrográficas e zonas costeiras, realizada em Brasília-DF no dia 16 de outubro.
- Reunião de trabalho com representantes da AECID / Governo da Espanha, Universidade da Cantábria e outros parceiros, para consolidação do documento de cooperação em Sistema de Modelagem Costeira (SMC-Brasil).
- Colaboração para o documento de consultoria avaliado na Oficina de Trabalho do MCidades e MMA/SRHU sobre "Inserção da Temática Ambiental em Instrumentos de Gestão Urbana", realizado em Brasília-DF no dia 22 de outubro.
- Elaboração e apresentação de proposta à iniciativa "Diálogos Setoriais", visando criar espaços de intercâmbio de experiências para o gerenciamento costeiro entre o Brasil e a União Européia.
- Organização, realização e coordenação da 35ª Reunião do colegiado do GIGERCO.
- Participação na reunião da CTCOST, realizada no dia 26 de novembro na cidade de Campo Grande-MS.

Comentários gerais:

A realização física e financeira das atividades da Gerencia Costeira e Marinha esteve fortemente prejudicada no ano de 2009, devido à sua transferência (inclusive física), a partir de junho, da SMCQ para a SEDR, com perda de temas, projetos, pessoal e recursos. No caso de pessoal, de um total de 11 pessoas trabalhando exclusivamente na gerencia foram transferidas para a nova Secretaria apenas duas pessoas. Vale observar ainda o contingenciamento de recursos no período. Estes fatores podem ter influenciado decisivamente a execução física e financeira na área, devendo serem revisados estes valores lançados no sistema, uma vez que a

previsão era para uma agenda mais ampliada do que a efetivamente a cargo da gerencia na segunda metade do ano.

2.3.2.2 - DESEMPENHO OPERACIONAL DO PROGRAMA 0512

A) Indicador do Programa:

- **Taxa de Zoneamento do Território Nacional**

Utilidade: o avanço do zoneamento pelo território nacional indica a expansão de processos negociados de planejamento da ocupação do território e a disponibilização de instrumentos base para tomada de decisão;

Tipo: indicador de eficácia

Resultado:

- até 2009 – 60 % do território nacional

Disfunções e medidas: sem registro

B) Outros Indicadores

À medida que se avança na elaboração dos zoneamentos, em escalas diversas, fica clara a necessidade de revisão dos indicadores do programa, com a proposição de métricas mais sofisticadas, que possam dar conta da real complexidade. A elaboração de um zoneamento é etapa fundamental, porém a realidade só será alterada com sua implementação, que se dá de formas bastante variadas. Mais complexo ainda é captar os impactos decorrentes da sua implementação, identificando que mudanças provocaram no ambiente e na sociedade, em último caso.

Abaixo são relacionados alguns Indicadores que, melhor elaborados, poderiam se prestar ao acompanhamento da implementação dos ZEE e sua afetiva integração com políticas publicas, indicando a melhoria da gestão ambiental.

- **Zoneamentos incorporados pela CCZEE (Comissão Coordenadora do ZEE)**

Utilidade: indica em que medida os projetos de zoneamento vão sendo incorporados ao conjunto dos zoneamentos no país;

Tipo: indicador de efetividade

Resultado:

- até 2007 – 4 (estados do Acre, Rondônia, Pará e Mato Grosso)

- em 2008 - 1 (BR-163)

- em 2009 – 2 (foram apresentados os ZEE dos estados de Roraima e do Amazonas, no entanto ambos foram encaminhados para ajustes).

Disfunções e medidas: Formalmente a Comissão recebe os ZEEs após sua aprovação pelas instâncias estaduais (ver Decreto 4297/2002), fato que vinha dificultando a compatibilização entre os zoneamentos e as políticas públicas federais. Como medida de superação dessa situação, foi adotado o procedimento de convidar os estados para a apresentarem e discutirem na CCZEE seus respectivos zoneamentos durante a fase de sua elaboração.

- **Programas de recuperação ambiental, derivados do Zoneamento, aprovados**

Utilidade: indica desdobramentos do Zoneamento, com impactos positivos sobre a conservação ambiental

Tipo: indicador de efetividade

Resultado:

- até 2007 – 2 (Rondônia e Acre)
- 2008 – 0
- 2009 – 1 (Programa de recuperação ambiental da BR 163).

Disfunções e medidas: Verifica-se uma baixa sincronia e integração entre esses programas e as ações dos órgãos federais que poderiam potencializar seus resultados. A Coordenação do Programa ZEE está ampliando a divulgação desses programas dentro do MMA e entre os Ministérios que compõem a CCZEE como forma de buscar um maior alinhamento entre as partes vinculadas aos objetivos e estratégias dos programas de recuperação ambiental.

- **Vinculação do ZEE a Políticas Públicas federais**

Utilidade: indica a internalização do Zoneamento como instrumento base para tomada de decisão, no âmbito federal;

Tipo: indicador de eficácia

Resultado:

- em 2008 - 2 (1. Resolução do Conselho Monetário Nacional que vinculou a concessão de crédito rural a observância do ZEE e 2. realização do Zoneamento Agrícola de Risco Climático, apenas em áreas indicadas pelo ZEE para atividades agrícolas)
- 2009 – 1 (realização do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, excluindo-se os biomas Amazônia e Pantanal, e respeitando as áreas indicadas pelo ZEE);

Disfunções e medidas: No que pese seu caráter vinculante, é forçoso reconhecer que o ZEE ainda não é amplamente incorporado pelo conjunto das políticas setoriais. A ampliação da composição da CCZEE e do Consórcio ZEE Brasil com a entrada de novos Ministérios e órgãos federais, assim como o fortalecimento dessas instâncias mediante empoderamento e valorização do papel estratégico que cumprem, foram as principais medidas adotadas para superar a situação.

- **Assinatura de instrumentos de apoio e cooperação com estados e municípios**

Utilidade: indica a materialização do apoio do Programa ZEE para a realização de ZEEs estaduais

Tipo: indicador de eficiência

Resultado:

- até 2007 – 14 (Acordos de Cooperação com os 9 estados da Amazônia Legal; Convênio com os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná; e Acordos para adesão à Rede Virtual da Caatinga com os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco)
- em 2008 – 5 (Acordos de Cooperação com Maranhão, Piauí, Paraná e Goiás e com o município de Goiânia)

- 2009 – 3 (Acordo de Cooperação com o Pará; Convênios com Goiás e Piauí)

Disfunções e medidas: sem registro

- **Execução direta de projetos**

Utilidade: indica o envolvimento da equipe do Programa ZEE na execução de projetos de Zoneamento;

Tipo: indicador de eficiência

Resultados:

- em 2008: 5 (projetos concluídos ou em andamento: São Francisco, Parnaíba, Ride-DF, BR-163 e MacroZee da Amazônia Legal)
- 2009: 1 (a elaboração do MacroZEE da Amazônia Legal foi um projeto coordenado e realizado diretamente pela equipe do Departamento de Zoneamento Territorial);

Disfunções e medidas:

Em 2009 a equipe do Departamento foi reforçada com a incorporação de 3 (três) técnicos temporários e 3(três) Agentes Administrativos. No entanto houve a saída do gerente do programa, de 2(dois) Analistas Ambientais do quadro permanente e de 3 (três) funcionários terceirizados de nível médio.

A equipe técnica foi quase que integralmente mobilizada para execução do Macrozoneamento, fazendo com que outros projetos ficassem em segundo plano. Exemplos são os zoneamentos do Nordeste e do São Francisco e os Centros de Capacitação.

C) Análise sobre o desempenho do Programa 0512 no exercício

No conjunto as metas do Programa estabelecidas para 2009 foram alcançadas, especialmente considerando-se a prioridade atribuída à Amazônia. Não apenas o Macrozoneamento foi elaborado (www.mma.gov.br/zeeamazonia) como também os estados avançaram na formulação dos seus respectivos ZEEs. O projeto Base Cartográfica da Amazônia na escala de 1:100.000 foi plenamente executado e seus produtos começam a ser disponibilizados para os usuários, não obstante a permanente necessidade de novos instrumentos e métodos de manutenção compartilhada da base.

Em relação ao controle ambiental dos espaços litorâneos, no que pese as dificuldades para alcançar as metas físicas/financeiras registradas no campo da ação correspondente, houve um grande esforço de interlocução e de construção de parcerias no âmbito do GI-GERCO (Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro) com a formação de Grupos de Trabalho e outras iniciativas voltadas para a definição de parâmetros e critérios para o ordenamento das atividades humanas realizadas nos espaços litorâneos. A celebração de um Acordo de Cooperação Técnica com a Espanha, via Universidade da Cantábria, representou um passo importante para o desenvolvimento de competências e de um sistema de monitoramento dos impactos gerados pela alteração do nível do mar na zona costeira. Outra mudança qualitativa que irá contribuir para o alcance dos objetivos dessa ação foi a elaboração de uma visão estratégica dos problemas e desafios associadas à gestão costeira, na qual se evidencia as atribuições e competências dos diversos órgãos vinculados ao tema.

Uma conquista que deve ser registrada foi o reforço da equipe técnica com o ingresso de 3 (três) técnicos temporários e 3 (três) Agentes Administrativos. Essa situação, associada à existência e funcionamento do Consórcio ZEE Brasil, assegura a formação de competências e a continuidade do Programa em bases técnicas e institucionais cada vez mais sólidas. Deve-se registrar, no entanto, a saída do gerente do programa, de 2 (dois) Analistas Ambientais do quadro permanente e de 3 (três) funcionários terceirizados de nível médio.

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

Outro registro necessário, embora não diretamente associado ao cumprimento das metas físicas e financeiras do Programa, foi o trabalho realizado pelo TCU e suas recomendações para ampliar a eficácia do ZEE enquanto instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente voltado para o planejamento e o ordenamento territorial.

Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total (R\$)	Empréstimo contratado (ingressos externos)*		Contraparti da nacional (R\$)	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)		Motivo (amortiza- ção, pagament o de juros, comissão de compromi sso, outros)	Valor no ano	Valor acumula do no projeto	Motivos que impedira m ou inviabiliz aram	Providência s adotadas para correção
18.127.0512.1J30-0001 “Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal” IDOC 2865 Programa 0512 (Financiador: Banco Mundial -RFT-)	7.365.110	7.650.000	7.257.665	413.000	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx

* Doação prevista de US\$ 4.500 mil dólares, c/ dólar à R\$1,70 equivalendo à R\$ 7.650.000,00 mil.

2.3.3. PROGRAMA 1080 - COMBATE A DESERTIFICAÇÃO

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação
Objetivos Específicos	• Criar os mecanismos institucionais de coordenação, participação e ação entre o setor público, a sociedade civil e o setor privado; • Aprimorar o conhecimento da situação dos processos de desertificação e de ocorrência de secas no Brasil, a ser atualizado sistematicamente; • Formular diretrizes para a concepção, formulação e revisão de políticas e ações de apoio ao desenvolvimento sustentável das áreas susceptíveis ou afetadas por processos de desertificação; • Colaborar com os estados e municípios na formulação e implementação de estratégias de combate à desertificação; • Criar institucionalidades e fortalecer a atuação das instituições responsáveis pelo combate à desertificação; • Implementar ações pactuadas e integradas que levem ao desenvolvimento sustentável de áreas afetadas e sujeitas a processos de desertificação, segundo os princípios e orientações da CCD; • Instituir processos participativos de planejamento e pactuação entre os diferentes atores; e • Criar instrumentos de apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas, compatíveis com a preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.
Gerente do programa	Egon Krakhecke
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	José Roberto de Lima
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Somatório das áreas com efetivas intervenções de combate à desertificação
Público-alvo (beneficiários)	População das Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD

2.3.3.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

➤AÇÃO 8906 - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - PAN-Brasil

Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Finalística
Finalidade	Promover ampla articulação com os Estados e sociedade civil para o desenvolvimento de ações de controle e combate à desertificação no País, a fim de cumprir com os compromissos assumidos pelo Brasil junto a Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca CCD
Descrição	Para a implementação da ação pretende-se promover: i) o apoio aos estados envolvidos na construção ou revisão e implementação dos Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação, prezando pela efetiva participação social; ii) a articulação com os atores sociais locais (organizações não governamentais) e os governos estaduais para a implementação e revisão das ações de combate à desertificação, à luz das diretrizes estabelecidas no PAN; e iii) a revisão e discussão do PAN prezando pela participação social.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA.
Coordenador nacional da ação	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras	440040 e 440001

O Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), possui a responsabilidade formal de coordenar e implementar as ações de prevenção, controle e o combate à desertificação propostas pelo PAN-Brasil. Nesse sentido, dentre as ações previstas para 2009, destaca-se a de apoiar os Estados inseridos nas Áreas Susceptíveis à Desertificação na construção de seus respectivos Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca-PAE's.

Nesta perspectiva os governos dos Estados das ASD, em parceria com a SEDR/MMA e o apoio dos organismos de cooperação internacional como o IICA e a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), iniciaram o processo de construção de seus respectivos Programas.

No decorrer do ano de 2009, a equipe da Coordenação de Combate à Desertificação da SEDR/MMA acompanhou e apoio a elaboração dos PAE's em cada Estado.

Estabeleceu-se que em 2009 iniciar-se-ia a elaboração dos PAE's de quatro estados, alterado posteriormente para sete. Sendo assim, apresentam-se abaixo os resultados alcançados:

- **PROGRAMA DE AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DE ALAGOAS - PAE/AL**

Para elaboração do PAE/AL foi contratado em julho/2009 consultoria de pessoa jurídica para prestação de serviços, por meio de assessoria técnica e logística.

Em dezembro/2009 foi realizada a primeira Oficina com as seguintes temáticas:

- a) Tema I: Sistemas produtivos e sustentabilidade socioambiental;
- b) Tema II: Convivência com o semiárido;
- c) Tema III: Conservação e uso sustentável da biodiversidade e da energia da biomassa florestal;
- d) Tema IV: Gestão da água e segurança hídrica.

Foi apresentado o relatório da Oficina (Produto 1) com as análises dos grupos indicando os avanços, os desafios e os encaminhamentos.

A previsão para conclusão é abril de 2010.

- **PROGRAMA DE AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - PAE/CE**

Para elaboração do PAE/CE, foi realizada, por meio de parceria com a GTZ, contratação de consultorias de pessoa física (Coordenador Geral e especialistas).

Em janeiro/2009 iniciou-se a elaboração conforme os produtos apresentados abaixo:

- a) Plano de Trabalho, incluindo cronograma de atividades, lista de políticas, programas e ações relevantes e proposta de estruturação do PAE (índice geral).
- b) Análise da situação atual, incluindo a atualização do Panorama de Desertificação no Estado do Ceará, o levantamento das políticas públicas de interesse nas ASDs e a formulação de temas de concentração estratégica.
- c) Avaliação das Políticas, programas e projetos relevantes para as ASDs do Estado e a ações e iniciativas postas em prática na área de combate à desertificação.
- d) Estratégia do PAE, incluindo marco estratégico, eixos temáticos e áreas de concentração estratégica, propostas de ação e indicadores de monitoramento.
- e) Propostas para Implementação do PAE, incluindo a agenda de trabalho de implementação da primeira fase do PAE com a participação ativa dos atores sociais

identificados.

- f) Proposta de Gestão do PAE, incluindo as bases para o estabelecimento do modelo e da estrutura de gestão e articulação com as políticas e programas relevantes.
- g) Relatório das três oficinas realizadas nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) e dos dois seminários em Fortaleza-CE.
- h) Relatório Consolidado do PAE, constando a sistematização dos produtos acima referidos.
- i) Documento Síntese para publicação e divulgação: sumário executivo.

As comunidades locais das áreas susceptíveis à desertificação foram envolvidas quando da realização das oficinas de planejamento, mas não na fase de diagnóstico, pois vários projetos já haviam realizados a análise da situação, buscando apoio da população e a experiência demonstrada foi que a população desmotiva-se diante de mais um trabalho de diagnóstico. Sendo assim, optou-se pela contribuição desses atores na discussão da Proposta de Implementação, especialmente na Agenda de Trabalho da primeira fase.

Ressalta-se que a articulação e o compromisso entre os atores sociais relevantes para o território das ASD foi fundamental para o Desenho Institucional, estabelecendo os seus papéis no pacto, buscando alianças entre as três esferas de governo e a sociedade civil organizada.

O PAE/CE foi elaborado e encontra-se na fase de definição da institucionalidade para seu lançamento em 2010.

A organização e logística para realização das oficinas foi de responsabilidade do MMA e a SRH/CE, que estabeleceram processo de contratação de empresa especializada.

Diante da necessidade de suprir a demanda mencionada e de se produzir dados consistentes que possam subsidiar a elaboração do documento do PAE/CE nos seus aspectos físico-ambientais, na identificação e delimitação das ASD/CE, na definição de áreas prioritárias e no direcionamento de ações de prevenção, controle e combate à desertificação, foram contratados serviços de consultoria especializada visando o mapeamento das áreas susceptíveis à desertificação no Estado do Ceará utilizando as técnicas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e levantamento de campo.

A seguir são relacionados os produtos apresentados pelo consultor de geoprocessamento:

Produto I - Plano de Trabalho descrevendo a metodologia com vistas à delimitação e caracterização cartográfica das Áreas Susceptíveis a Desertificação e dos Sistemas Ambientais do Estado do Ceará. Acompanha também o cronograma de execução e a lista dos mapas temáticos, para aprovação;

Produto II - Relatório contendo análise dos marcos de referência, definição de critérios e metodologia de análise das ASD para gerar o mapa da desertificação no CE;

Produto III - Mapas temáticos contemplando os Sistemas Ambientais (geologia, geomorfologia, solos), recursos naturais (cobertura vegetal, recursos hídricos, app), o Uso e Ocupação do Solo (antropismo, uso da terra) e Áreas Susceptíveis a Desertificação de todo o Estado em escala 1:500.000, em formato PDF;

Produto IV - Banco de dados georreferenciado para todo o Estado e por município;

Produto V - Mapa dos 03 (três) núcleos de desertificação do Estado do Ceará com melhor detalhe das Áreas Susceptíveis a Desertificação e dos Sistemas Ambientais (geologia, geomorfologia, solos), em escala de 1: 100.000;

Produto VI - Banco de dados georreferenciado utilizando o software TerraView

Produto VII - Relatório final com a sistematização dos resultados da consultoria e os produtos.

- **PROGRAMA DE AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PAE/PE**

A elaboração do PAE/PE foi coordenada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco (SECTMA), em parceria com a SEDR/MMA e o apoio da Agência de Cooperação Alemã (GTZ). Para tanto, foram contratadas consultorias de pessoa física como um Coordenador Geral e especialista.

O PAE/PE teve como base a realização de cinco Oficinas Regionais planejadas a partir de um processo de articulação, sensibilização e mobilização havendo a necessidade de um reforço prévio, devidamente previsto no Plano de Trabalho, para mobilização da Sociedade Civil em várias regiões do Estado.

As oficinas foram distribuídas por região, sendo 3 (três) realizadas no sertão, nos municípios de Salgueiro, Petrolina e Triunfo, e 2 (duas) no agreste, nos municípios de Garanhuns e Taquaritinga do Norte. A finalidade dessa distribuição foi a de agregar as Regiões de Desenvolvimento do estado, que possuem semelhanças tanto do ponto de vista dos aspectos físico-biológicos, quanto no tocante ao processo de organização socioespacial e econômica.

A Coordenação de Combate à Desertificação-SEDR/MMA acompanhou e apoiou todo processo preparatório, as discussões para definição dos temas e da metodologia, tanto para as reuniões de mobilização quanto para as oficinas regionais. As Oficinas Regionais foram pautadas por cinco Eixos Temáticos, a saber:

Eixo Temático 1 - Sistemas produtivos e sustentabilidade socioambiental

Eixo Temático 2 - Conservação e uso sustentável da biodiversidade e da energia da biomassa florestal

Eixo Temático 3 - Vulnerabilidade à variabilidade e às mudanças climáticas

Eixo Temático 4 - Gestão da água e segurança hídrica

Os trabalhos nas Oficinas Regionais buscaram estabelecer a correlação direta dos eixos temáticos

A organização e logística para realização das oficinas foi de responsabilidade do MMA e da SECTMA/PE, que estabeleceram processo de contratação de empresa especializada.

O PAE/PE foi lançado na cidade de Triunfo em dezembro de 2009.

- **PROGRAMA DE AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PAE/RN**

Para elaboração do PAE/RN foi realizada, por meio de parceria com a GTZ, contratação de consultorias de pessoa física (Coordenador Geral e especialista) e, por meio do MMA/SEDR, a contratação de um consultor para mapear as ASD/RN utilizando as técnicas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e averiguação de campo.

Desde 01/12/2008 iniciou-se a elaboração do PAE/RN, conforme os produtos apresentados abaixo:

- a) Plano de Trabalho, incluindo cronograma de atividades, lista de políticas, programas e ações relevantes e proposta de estruturação do PAE (índice geral).
- b) Diagnóstico Analítico e formulação de Temas de Concentração Estratégica
- c) Avaliação das políticas, programas e projetos relevantes para as ASDs do Estado e ações e iniciativas postas em prática na área de combate à desertificação.
- d) Realização de Oficinas Regionais
- e) Relatório das quatro oficinas regionais realizadas nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD)

- f) Definição do marco lógico do PAE/RN, temas e áreas de concentração estratégica, propostas de ação e indicadores de monitoramento
- g) Propostas para implementação do PAE, incluindo a agenda de trabalho de implementação da primeira fase do PAE com a participação ativa dos atores sociais identificados.
- h) Proposta de gestão do PAE, incluindo as bases para o estabelecimento do modelo e da estrutura de gestão e articulação com as políticas e programas relevantes.
- i) Propostas de implementação do PAE, incluindo a agenda de trabalho de implementação da primeira fase do PAE com participação ativa dos “stakeholders” identificados
- j) Relatório consolidado do PAE, com a sistematização dos produtos acima referidos (1ª versão) para apresentação no seminário de validação e consolidação do Programa

Abaixo os produtos apresentados pelo consultor de geoprocessamento

Produto I - Plano de Trabalho descrevendo a metodologia com vistas à delimitação e caracterização cartográfica das Áreas Susceptíveis a Desertificação e dos Sistemas Ambientais do Estado do Rio Grande do Norte. Acompanha também o cronograma de execução e a lista dos mapas temáticos.

Produto II - Relatório contendo análise dos marcos de referência, definição de critérios e metodologia de análise das ASD para gerar o mapa da desertificação no RN.

Produto III - Banco de dados georreferenciado para todo o estado e por município.

Produto IV - Mapas temáticos em escala 1:250.000, compatível com articulação do IBGE, em formato PDF, contemplando os Sistemas Ambientais (geologia, geomorfologia, solos), recursos naturais (cobertura vegetal, recursos hídricos, app), o Uso e Ocupação do Solo (antropismo, uso da terra) e Áreas Susceptíveis a Desertificação de todo o Estado.

Produto V - Mapa das áreas prioritárias e/ou núcleos de desertificação em escala 1:250.000. em formato PDF, permitindo um melhor detalhe das áreas.

Produto VI - Banco de dados georreferenciado utilizando o software SPRING das Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASDs.

E, em fase de finalização, o produto VII - Relatório final com a sistematização dos resultados da consultoria e os produtos.

No decorrer do processo de elaboração do PAE/RN foram realizadas reuniões ordinárias de planejamento e discussão das etapas de trabalho previstas no cronograma de execução com a participação dos pontos focais estaduais (governo, sociedade civil e parlamentar), da Coordenação de Combate à Desertificação da SEDR/MMA, IICA e GTZ.

A primeira versão do PAE/RN foi elaborada e encontra-se em fase de alteração, conforme sugestões da GTZ e da CCD-SEDR/MMA.

Encontra-se em fase de preparação o Seminário de Validação e Consolidação do PAE/RN a realizar-se nos dias 6 e 7 de maio/2010.

Para apoiar a realização do Seminário será contratada, por meio do MMA/SEDR, uma empresa especializada que cuidará da operacionalização do evento.

- **PROGRAMA DE AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DO PARAÍBA - PAE/PB**

Foi contratado em outubro/2009 consultoria de pessoa jurídica para elaboração do PAE/PB. Para cumprir o objeto do contrato, a consultoria deverá se orientar pelo seguinte escopo:

- a) a construção e consolidação de um diagnóstico detalhado das condições gerais da região semi-árida do estado, sob o ponto de vista das condições ambientais e socioeconômicas, a partir de dados existentes, complementado por novas informações de origem secundária que dêem conta do histórico da ocupação do espaço da região semi-árida, da sua etnodiversidade e da sua dinâmica social. Esse diagnóstico deverá estabelecer e destacar as relações de causa e efeito que orientem a população sobre os conflitos existentes ou potenciais;
- b) a cartografia em escala adequada de toda a superfície estadual incluída nas ASDs, detalhando as áreas e os vários estágios de desertificação identificados, desde incipiente até muito avançado, utilizando para tanto imagens de satélite bem como outras ferramentas necessárias.
- c) planos, programas, projetos públicos e privados em execução ou planejados como foco no desenvolvimento, geração de renda, inclusão social, programa social, sustentabilidade hídrica e ambiental;
- d) diretrizes, metas e programas para o enfrentamento do problema; compatibilização e articulação com ações governamentais – federal, estadual e municipal; envolvimento do setor produtivo e a sociedade civil;
- e) seleção e indicação de áreas para intervenções de ações e projetos para testar metodologias; seleção e indicação de áreas destinadas à proteção ambiental.

Desta forma, em dezembro/2010 foi apresentado como Produto 1 o Plano de trabalho para elaboração do PAE/PB

A previsão para conclusão é junho de 2010.

- **PROGRAMA DE AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PAE/MG**

Em dezembro de 2009, foi contratada consultoria de pessoa jurídica para elaboração do PAE/MG.

O documento a ser elaborado deverá ser o instrumento capaz de promover as mudanças no modelo de desenvolvimento atual nas áreas suscetíveis à desertificação, tendo como enfoque básico a redução da pobreza e da desigualdade social, aliado à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais, como elementos norteadores dessa transformação. Portanto, o PAE-MG, com vistas à obtenção de resultados positivos, deve apresentar propostas que integrem as iniciativas municipais, estaduais e federais, relacionando-as com os pleitos da sociedade civil e baseando-se na tríade: sustentabilidade social, ambiental e econômica. A previsão para conclusão é agosto de 2010.

- **PROGRAMA DE AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO - PAE/MA**

No caso do Maranhão, o processo para contratação da consultoria para elaboração do PAE/MA foi interrompido em decorrência da mudança do governo estadual. Sendo assim, em outubro de 2009 realizaram-se em São Luis/MA reuniões com a nova coordenação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão com vistas a esclarecer os procedimentos e encaminhamentos referentes ao Termo de Referência para elaboração do PAE/MA.

Foi acordada a retomada do processo de elaboração do PAE/MA e realizada uma reunião com o Grupo de Trabalho Estadual de Combate à Desertificação (GT) para discussão da minuta do Termo de Referência para o PAE/MA. Ressalta-se que faz parte desse grupo a sociedade civil. O Termo de referência encontra-se em fase de publicação de edital.

• **PROGRAMAS DE AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO DOS ESTADOS DE SERGIPE E ESPÍRITO SANTO**

Alguns problemas ocasionaram a demora na contratação das consultorias para elaboração dos PAEs de Sergipe e Espírito Santo. Na abertura do edital não houve propostas que atendessem as exigências técnicas dos termos de referências. Portanto, foi necessário o desmembramento do referido termo que, no momento, encontra-se em fase final de elaboração.

PROGRAMA 1080-Ação 8906	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Financeira	4.565.884,00	1.916.089,00	39,77
Física	05	07	100

➤ **AÇÃO 200H - Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Áreas Suscetíveis à Desertificação**

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Aprimorar métodos e práticas de convivência com o semi-árido, tendo como foco os agricultores familiares, com o intuito de combater processos de desertificação em micro-bacias degradadas e o avanço desse fenômeno sobre áreas de vegetação remanescentes
Descrição	Estabelecimento de diretrizes do projeto a partir daquelas lançadas no PAN e PNPS; elaborar proposta prévia para discussão com as organizações locais e poder público; consolidar proposta e definir as regiões para implementação da mesma; estabelecer processo de mobilização social com os atores sociais locais e poder público para implementação da proposta; realizar processo de formação envolvendo extensionistas e agricultores visando aprimorar e difundir técnicas de convivência com o semi-árido; realizar seminários para avaliação das técnicas implementadas; elaborar materiais para divulgação das metodologias e técnicas validadas (video, cartilhas, manuais, entre outros); realizar cursos para formação de multiplicadores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Dando seqüência ao Projeto de Apoio a Iniciativas Locais: Aprendizagens para o Combate à Desertificação junto a Comunidades Rurais, iniciado em sua 1ª Edição, em 2007, foi lançada a 2ª edição em 2008, com previsão de encerramento para 2010.

O Objetivo desta 2ª edição foi o de selecionar projetos que possibilitassem a geração de experiências e aprendizagens e que ampliassem a contribuição das ONGs, e organizações e comunidades de base contribuíssem para o combate à desertificação em nível local, priorizando os quatro eixos temáticos que norteiam o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil:

a) Redução da Pobreza e da Desigualdade;

- b) Ampliação Sustentável da Capacidade Produtiva;
- c) Preservação, Conservação e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais;
- d) Gestão Democrática e o Fortalecimento Institucional.

Como pré-requisito para participar da seleção, os projetos deveriam ser desenvolvidos nas Áreas Suscetíveis à Desertificação do PAN-Brasil.

Os projetos deveriam apresentar valores máximos de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

As propostas foram avaliadas e selecionadas por uma comissão técnica formada por representantes da CCD/MMA, ASA, IICA, GTZ e DED e os critérios que determinaram a escolha foram:

- A **qualidade técnica do projeto**, em relação à clareza e pertinência dos objetivos, metas e resultados que se quer alcançar e à adequação das atividades ao orçamento e cronogramas fixados;
- Os **efeitos imediatos e resultados de médio prazo esperados de âmbito social, econômico e ambiental** que se esperam decorrer da execução do projeto;
- A presença do componente **participação/valorização do saber local**, a partir do envolvimento de diferentes atores sociais e do reconhecimento de práticas tradicionais de uso sustentável dos recursos naturais;
- A construção de **parcerias e arranjos institucionais**, que demonstre a articulação com diferentes grupos locais;
- A capacidade de **multiplicação e continuidade observada** na proposta, ou seja, a possibilidade que as experiências geradas pelo projeto possam ser aproveitadas por outras organizações e comunidades, contribuindo para a disseminação e geração de novos conhecimentos e aprendizagens.

Desta forma, foram selecionados 22 projetos e durante o ano de 2009 todos foram monitorados e avaliados pela equipe técnica da Coordenação de Combate à Desertificação. No primeiro semestre de 2010, será realizado um seminário para apresentação dos resultados e disseminação das experiências.

PROGRAMA 1080-Ação 200H	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Financeira	100.000	100.000	100
Física	18	18	100

>AÇÃO 4971 - Capacitação de Agentes Multiplicadores Locais para Combate à Desertificação.

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Desenvolver processos de formação de atores sociais locais visando replicar em relação ao fenômeno da desertificação, suas causas e consequências, bem como sobre alternativas tecnológicas para inibir o mesmo.
Descrição	Condução de processos participativos de formação de agentes locais; Formação de multiplicadores; constituição de comissões locais de combate à desertificação e gestão sustentável da água para o acompanhamento, monitoramento, avaliação das intervenções de formação realizadas; confecção de materiais (cartilhas e manuais) visando implementar processos de formação em combate à desertificação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras (1)	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

CAPACITAÇÃO EM GESTÃO INTERINSTITUCIONAL PARA O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PAE'S:

No período de junho a dezembro/2009, realizou-se o Curso de Gestão Interinstitucional para o processo de elaboração e implementação dos PAE's. O curso foi resultado da parceria entre GTZ e SEDR/MMA e destinou-se aos Pontos Focais Estaduais (governamental, da sociedade civil e parlamentar) enquanto outros atores/gestores chave ampliando suas capacidades de coordenação do processo de gestão interinstitucional, além de:

1. construir uma rede cooperativa de articulação interinstitucional e pactuação multilateral;
2. apoiar a construção de modelos de gestão compartilhada de “estruturas e arranjos” dos PAEs baseando em conceitos de articulação e gestão interinstitucional.

A iniciativa visa desenvolver competências pessoais tais como: criar visões compartilhadas; planejar e conduzir transições; colaboração ambiental; potencialização de si e dos outros e estabelecimento de parcerias.

A estratégia adotada para o desenvolvimento do curso de capacitação previu momentos presenciais intercalados por trabalhos de campo e atividades virtuais e uma metodologia interativa que estimulou o intercâmbio e o contato com diferentes práticas e realidades. Foram previstas 72 horas presenciais e 16 horas de trabalho de campo e as atividades foram concentradas em três módulos com duração de 24 horas/módulo.

Oficinas Regionais sobre Combate à Desertificação

Os trabalhos nas Oficinas Regionais buscaram estabelecer a correlação direta dos eixos temáticos com as questões relacionadas à desertificação levando em consideração os marcos históricos, culturais, legais e institucionais. Os temas foram trabalhados a partir de uma visão

global, nacional, regional, estadual e local e tiveram como base o paradigma da convivência com o semi-árido.

A metodologia para o trabalho nas oficinas foi baseada na participação ativa dos diferentes segmentos, compreendendo esse momento como espaço de construção coletiva. As oficinas foram pautadas por cinco Eixos Temáticos, a saber:

Eixo Temático 1 - Sistemas produtivos e sustentabilidade socioambiental

Eixo Temático 2 - Conservação e uso sustentável da biodiversidade e da energia da biomassa florestal

Eixo Temático 3 - Vulnerabilidade à variabilidade e às mudanças climáticas

Eixo Temático 4 - Gestão da água e segurança hídrica

Eixo Temático 5 - Revisão da Política Estadual de Controle da Desertificação e Convivência com a Seca

PROGRAMA 1080-Ação 4971	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Financeira	160.000	105.737	66,09
Física	300	300	100

> AÇÃO 2272 - Gestão e Administração do Programa

<i>Dados gerais da ação</i> Tipo	Finalística
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

PROGRAMA 1080-Ação 2272	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO %
Financeira	136.000	124.935	91,86

2.3.3.2. Desempenho Operacional do Programa 1080.

Indicador: Áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação

Periodicidade: Anual

Unidade de Medida: km²

Índice de Referência: 9.750,00

Data do Índice de Referência: 01/03/2005

Índice apurado em (2009): 21.600,00

Índice apurado em (2008): 17.006,00

Índice apurado em (2007): 12.400,00

Índice apurado em (2006): 3.475,00

Índice apurado em (2005): 86.106,00

Transferências ao Projeto de Cooperação Técnica no Exercício

Ação	Tipo	Identificação do Termo	Valor repassado no Exercício	Objetivo	Situação
Ação 8906 – 0020	Termo de Cooperação Técnica – Ajuste complementar-Gov.Brasileiro e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura dos Estados Americanos-IICA Assinado em 20.12.2005, revisado em 04/09/08 com vigência até 20/02/2012-Valor Total do Projeto: R\$ 8.704.663,37	Projeto PCT BRA/IICA/05/004	1.200.000,00	Apoiar a Elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAE's e desenvolver ações experimentais de implementação do PAN-Brasil	PROJETO EM CURSO
Ação 4971 – 0001			100.000,00		
Total			1.300.000,00		

2.3.4. PROGRAMA 1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional
Objetivos Específicos	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social
Gerente do programa	Egon Krakhecke
Responsáveis pelo programa no âmbito da UJ	Claudia Maria Calorio
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção
Público-alvo (beneficiários)	Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

2.3.4.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

➤ AÇÃO 200I - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.
Descrição	Os direitos do cidadão são conquistas sociais e jurídicas, criados quando se estabelecem condições para um grupo construir e exigir respostas políticas que dizem respeito ao bem-estar de todos. No caso do fortalecimento das instituições das comunidades tradicionais o que se pretende é dar condições para que estas possam responder às necessidades das populações, garantindo os direitos básicos de acesso à terra, ao trabalho e demais indicadores da cidadania com sustentabilidade sócio-ambiental. As etapas do processo de desenvolvimento da Ação são as seguintes: 1- Identificação e diagnóstico de populações tradicionais; 2- Promoção de processos participativos com extrativistas para criação de organizações; 3- Promoção e apoio a organização das comunidades tradicionais para a produção e para a auto-gestão de seus empreendimentos produtivos; 4- Prover e/ou articular apoio técnico e financeiro para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos tradicionais; 5- Promoção de estudos e disponibilização de informações às comunidades tradicionais, sobre alternativas sustentáveis de geração de renda com os produtos tradicionais; 6- Apoiar a realização de análises de mercado para os produtos tradicionais; 7- Interagindo com órgãos públicos e instituições não governamentais, com atividades de inclusão social; com o BNDES, para a implantação dos Planos de Manejo nas Reservas Extrativistas; e no âmbito do MMA, com outras secretarias e com o CNPT/IBAMA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040 e 440001

Resultados da ação:

A ação Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais – 220I, do programa comunidades Tradicionais – 1145 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2009 a ação tinha o orçamento previsto na LOA de R\$ 1.889.000,00 porém, com o Decreto que regula os limites de movimentação e empenho do Governo Federal, esta ação foi contingenciada em R\$ 831.162,00. Do total do limite liberado foram empenhados R\$ 1.057.838,00 e pagos recursos no valor de R\$ 401.851,00.

Os recursos dessa ação foram destinados ao pagamento de diárias, passagens e pagamento de pessoal envolvido diretamente na ação que tem por finalidade apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.

Em 2009 foram contratados e pagos 34 projetos de organizações de Comunidades Tradicionais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste e Sudeste, por meio dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional PNUD BRA 99/025 e PNUD BRA 08/012. Os projetos apoiados beneficiam aproximadamente 3.952 famílias no fortalecimento de suas atividades produtivas sustentáveis relacionadas ao agroextrativismo, assim como sua capacidade de organização social. Vale ressaltar que esses projetos foram pagos com recursos de Acordo de Cooperação entre a SEDR/MMA e SAF/MDA.

A ação Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais recebeu dotação oriunda de Emenda Parlamentar Individual no valor de R\$ 100.000,00 que foi empenhado para a celebração de convênio com a Prefeitura de Humaitá – AM, para a promoção da cadeia produtiva da Castanha do Brasil. O convênio tem por finalidade apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.

Também foram empenhados recursos na ordem de R\$ 550.000,00 para o projeto de Cooperação Técnica Internacional PNUD BRA 08/012 para beneficiar novos projetos em 2010. A tabela abaixo demonstra a execução da meta física e financeira da ação orçamentária 200I.

Esta ação também tem papel fundamental para a realização das atividades da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT (Decreto de 13 de julho de 2006). Em 2009 foram apoiados:

- Participação de membros da CNPCT no Fórum Social Mundial;
- Realização da 10ª, 11ª e 12ª Reunião ordinária da CNPCT;
- IX Encontro de Culturas tradicionais na Chapada dos veadeiros;
- Encontro de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, em Cárceres – MT;
- Encontro dos Faxinalenses, no Paraná;
- Oficina de Consulta sobre o Macrozoneamento da Amazônia Legal para membros da CNPCT, em Brasília-DF
- Reunião Plenária do CONSEA sobre Povos e Comunidades Tradicionais;
- Encontro de Comunidades Tradicionais do Paraná;
- Encontro Nacional de Pesquisadores e Movimentos Sociais do Projeto da Nova Cartografia Social, em São Luiz- MA

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	1.889.000,00	826.886,79	1.062.113,21	1.057.837,08	99,59
Física	57	-	-	34	59,64

Deve-se registrar que o contingenciamento prejudicou sobre maneira o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, uma vez que demanda por apoio a projetos, era bem maior do que o efetivamente apoiado. Sendo que os projetos já estão elaborados e condições de serem apoiados de imediato.

> AÇÃO 6040 - Assistência à Produção e à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento das cadeias produtivas de recursos da biodiversidade, relevantes para as comunidades e povos tradicionais, por meio de agregação de valor, visando seu uso sustentável e a justa repartição de benefícios advindos de sua utilização econômica. Além de capacitar membros dos povos e comunidades tradicionais e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas, de modo que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental e que tenham condições de acessar recursos públicos.
Descrição	Diagnóstico, caracterização, promoção do desenvolvimento e consolidação das cadeias produtivas da biodiversidade de interesse social, econômico, ambiental e cultural; identificação da viabilidade técnico-econômica do aproveitamento, manejo, transformação, armazenamento e comercialização de bioprodutos; desenvolvimento de sistema de banco de dados para a organização do conhecimento e das informações associados à cadeia de bioprodutos; assessoramento aos povos e comunidades tradicionais, inclusive aquelas situadas em pólos petroquímicos, em relação aos direitos sobre acesso ao conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos, assim como às demais etapas das cadeias produtivas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040 e 440001

Resultados da Ação:

O Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA realizou atividades de apoio ao desenvolvimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade e arranjos produtivos locais com foco na agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. Esse apoio ocorreu por meio da implantação de 8 núcleos gestores e canais de comercialização em processo de consolidação, para as cadeias da carnaúba, Borracha, Pequi, Piaçava, Andiroba e Copaíba.

Em 2009 ocorreram reuniões dos núcleos gestores nos estados: Rio Grande do Norte, Acre, Minas Gerais, Bahia e Tocantins, além de reuniões com empresas compradoras de óleos vegetais, nos estados de São Paulo e Pará e uma reunião do Grupo de Trabalho de Arranjos Produtivos Locais de óleos na BR163/Transamazônica no estado do Pará.

A meta física executada foi acima da previsão porque as atividades desta ação foram executadas em parceria com CONAB, MDS e MDA.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	677.000,00	506.711,24	170.288,76	170.288,76	100
Física	6	-	-	7	116,67

➤ AÇÃO 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Capacitar extrativistas e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas das Comunidades Tradicionais para que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental.
Descrição	Definição dos critérios que viabilizem o financiamento de atividades produtivas das Comunidades Tradicionais; Identificar instituições parceiras interessadas em investir na capacitação das comunidades tradicionais; Executar um programa de treinamento específico para assegurar a assistência técnica adequada aos projetos de geração de renda das comunidades tradicionais; Realizar eventos de intercâmbio de experiências entre os beneficiários dos projetos das comunidades tradicionais; Identificar e valorizar os conhecimentos e técnicas tradicionais sustentáveis das comunidades tradicionais; Formar monitores para atuar nas Escolas-Família Extrativistas; Promover treinamento específico para as comunidades nas Reservas Extrativistas Marinhas, especialmente aquelas situadas em pólos petroquímicos, visando assegurar a exploração racional dos recursos pesqueiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Claudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040 e 440001

Resultados da Ação:

O objetivo desta ação ao longo de 2009 foi o de fortalecer o componente de capacitação, aumentando sua capilarização e ajudando a estruturar e empoderar as comunidades tradicionais e extrativistas.

Ao longo do ano foram realizadas as seguintes capacitações:

- Oficina de Planejamento Participativo das cadeias do açaí e andiroba em Marajó-PA;
- Oficina “Fomento às Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade”, módulo 2: “Técnicas Básicas de Moderação para Facilitadores e Gestores da Cadeia de valor da Sociobiodiversidade”;
- Oficina de PAA para Agências Implementadoras e Parceiros em Belém e Altamira-PA, Manaus – AM, Paulo Afonso – BA, São Luis- MA, Montes Claros- MG;
- Workshop da Castanha, em Brasília-DF;
- Oficinas de PGPM em RESEXs nos estados: MA, AC e AM;
- Workshop do babaçu, em São Luiz- MA
- Capacitação na metodologia de Cadeia de Valor da Sociobiodiversidade em Fortaleza – CE.

Departamento de Extrativismo promoveu ainda a III Oficina de Gestão de Projetos para os beneficiários de projetos da Carteira do Agroextrativismo. O evento foi esforço de habilitar tais comunidades para gerenciar tanto o aspecto técnico quanto o aspecto financeiro de sua execução, garantindo assim maior transparência na utilização dos recursos e resultados mais concretos e significativos.

No total do ano de 2009, foram capacitados 571 beneficiários em oficinas, workshops e capacitações realizadas em diversos estados brasileiros.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZAD O	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	460.000,00	348.663,88	111.336,12	111.336,12	100
Física	700	-	-	571	81,57

Destaca-se que o recurso contingenciado desta ação representou 75 % do valor total previsto na Lei Orçamentária Anual, e apesar disso houve uma alta execução física devido à parceria com a CONAB e o ICMBIO.

> AÇÃO 6087 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais com vistas a proteção ambiental e a melhoria de qualidade de vida destas comunidades, mantendo suas bases produtivas de forma sustentável.
Descrição	Disponibilização de recursos para o desenvolvimento de projetos que: -Promovam o aprimoramento da utilização sustentável dos recursos ambientais pelas comunidades tradicionais; -Promovam a criação e consolidação de mecanismos de gestão compartilhada do uso dos recursos ambientais, por meio da criação, consolidação e fortalecimento de instâncias relacionadas às comunidades tradicionais; -Promovam a articulação e o fortalecimento das comunidades tradicionais; -Aprimorem, elaborem e consolidem políticas com vistas a conservação dos meios de vida das comunidades tradicionais, incluindo Reservas Extrativistas; -Promovam a elaboração e implementação de planos de gestão/manejo do uso dos recursos naturais em áreas de uso de comunidades tradicionais; -Promovam o desenvolvimento e aplicação de tecnologias que visem a melhoria na cadeia produtiva e; -Promovam o apoio á atividades com vista a diversificação da economia, a geração de emprego e renda e a segurança alimentar.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040 e 440001

Resultados da Ação:

Os principal resultado desta ação foram as atividades do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), instituído por meio da Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009.

O PNPSB é resultado da parceria entre os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Os investimentos iniciados em 2008 em 10 cadeias produtivas (açaí, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha-do-brasil, copaíba, pequi e piaçava) confluíram para a implantação em 2009 de 02 (duas) cadeias nacionais (castanha-do-brasil e babaçu) e 8 cadeias territoriais; o processo de constituição de instâncias de governança nacional (câmaras setoriais da castanha-do-brasil e do babaçu), câmaras e grupos de trabalhos setoriais em 10 estados (MA, PA, TO, AC, AP, AM, MT, RO, CE e PI) e em 300 municípios; a constituição de Rede de Serviços específica ao atendimento às cadeias de produtos da sociobiodiversidade; e ao início do diálogo com o setor empresarial.

Outro importante resultado, originado com o processo de inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) - tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 07 produtos da sociobiodiversidade - foi a subvenção para 1.800 famílias extrativistas. Também foi ampliado o acesso dos produtos da sociobiodiversidade ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e aumentada significativamente a oportunidade de mercado institucional para esses produtos com a promulgação da Lei 11.947/2009. Ao determinar que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo de Desenvolvimento da

Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar priorizando-se, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, essa Lei significa geração de renda e agregação de valor por meio da aquisição de gêneros alimentícios diversificados e produzidos localmente.

Este pacto entre Estado e Povos e Comunidades Tradicionais induzindo investimentos públicos e privados, ampliando a oferta de bens de cidadania, tem reflexos imediatos na valorização dos seus produtos, sendo um poderoso instrumento na rápida trajetória ascendente de desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade ambiental.

Os desafios para a PNPCT em 2010 são a consolidação do diálogo com o setor empresarial e sua consolidação como política setorial para uso e conservação dos recursos naturais, com inclusão econômica e social.

Em 2009 foram apoiados:

- constituição das câmaras setoriais da castanha-do-brasil e do babaçu;
- câmaras e grupos de trabalhos setoriais em 10 estados;
- 4 reuniões estaduais para a promoção do PNPSB, nos estados: MT, AP, PA e RO;
- Encontro Rede de Serviços, em Brasília-DF;
- Realização do VI Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, em Brasília-DF;
- Evento Sala Caatinga, em São Paulo – SP.
- Empenho de recurso para convênio com o Estado do Maranhão para desenvolvimento do projeto de Apoio a Promoção da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu na região do Bico do Papagaio envolvendo os estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

Em dezembro de 2009, quando parte do recurso da ação foi descontingenciado, foi realizado empenho para o Acordo de Cooperação Internacional PNUD BRA 08/012, para possibilitar apoio a projetos em 2010.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZAD O	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	4.169.384,00	3.270.165,71	899.218,29	899.110,19	99,98
Física	538	-	-	20	3,72

Observa-se que execução financeira foi de aproximadamente 100% do limite disponível, mas ao se considerar a previsão da LOA, conclui-se que somente foi disponibilizado para esta ação 21% do recurso previsto em Lei. Outro fator considerável é que a meta física desta ação está superestimada.

> AÇÃO 6230 - Gestão Ambiental em Terras Quilombolas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar ações de gestão ambiental em Terras Quilombolas, assim como fornecer as condições necessárias para o acesso às políticas públicas de fomento, de mapeamento e de participação em espaços coletivos para formulação de políticas para a gestão ambiental.
Descrição	A situação fundiária ainda incerta na maioria das terras ocupadas por grupos descendentes de quilombolas, associada a situação de pobreza que predominam na maioria das comunidades resultou em dramática vulnerabilidade ambiental da base de recursos naturais de que tais comunidades dependem econômica e culturalmente. A ação proposta tem o objetivo de promover a gestão ambiental de Terras Quilombolas, associando iniciativas de gestão ambiental, com ênfase na recuperação da base de recursos naturais degradada, à promoção de atividades econômicas sustentáveis e compatíveis com a cultura das comunidades e de forma a preservar e valorizar o patrimônio de conhecimentos associado ao uso da biodiversidade. A exemplo das ações que a

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

	Coordenadoria de Agroextrativismo da SDS realiza com outros grupos sociais tradicionais, a gestão ambiental se fará de forma participativa, com envolvimento das comunidades beneficiadas, inclusive nas instâncias de decisão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	440040 e 440001

Resultados da Ação:

Em 2009, os principais resultados dessa ação foram o apoio à realização da Oficina para a Valorização da Castanha do Brasil como instrumento de capacitação de comunitários e estratégias para a valoração da cadeia produtiva da Castanha em áreas quilombolas, no município de Oriximiná-PA, e a realização de reunião no norte de Minas Gerais com instituições locais para se definir fomento a organização social e produtiva de quilombolas em parceria com o MDS.

Parte dos recursos desta ação foram realizados através da contratação de pessoal temporário para contribuir nas atividades desenvolvidas na ação.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZAD O	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	334.500,00	300.000,00	34.500,00	34.500,00	100
Física	19	-	-	-	10,53

Observa-se que todo o recurso financeiro disponibilizado foi executado, porém este representou apenas 10,31% do recurso previsto na LOA para esta ação, este fato impossibilitou o apoio previsto para as comunidades quilombolas.

>AÇÃO 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Coordenação da Amazônia
Coordenador nacional da ação	Claudia Maria Calório
Unidades executoras	440040 e 440001

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	280.000,00	1.015,38	278.984,62	278.984,62	100

Execução Física das ações realizadas no Programa

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
18	541	1145	200I	A	4	unidade	57	34	50
18	122	1145	2272	A	4	unidade	-	-	-
18	128	1145	6060	A	4	unidade	700	571	700
18	541	1145	6230	A	4	unidade	19	2	24
18	541	1145	6040	A	4	unidade	6	7	3
18	541	1145	6087	A	4	unidade	538	20	52

A maior parte das ações teve execução física acima da média. As ações 6060, 6230, 6040 e 6087, que apresentaram problemas na execução física, tiveram uma baixa liberação de recursos, na média de 18% do valor previsto na LOA, por causa do contingenciamento de recursos. Esse fator prejudicou o apoio a projetos e capacitações para Povos e Comunidades Tradicionais.

Outro fator que contribui para a baixa execução da ação 6087 provém do fato de que a mesma tem uma previsão física na LOA superestimada. Mesmo que toda a dotação orçamentária prevista em lei fosse liberada para execução do projeto, seria inviável apoiar 538 projetos, pois cada projeto receberia em média R\$ 8.000,00, o que na prática não contribuiria no alcance dos objetivos desta ação, tais como a promoção do aprimoramento da utilização sustentável dos recursos ambientais pelas comunidades tradicionais, ou o apoio á atividades com vista a diversificação da economia, a geração de emprego e renda e a segurança alimentar.

As ações 6063, 8671 e 6040 tiveram uma execução física acima do previsto devido ao apoio do MDA, CONAB, MDS.

2.3.4.2 - DESEMPENHO OPERACIONAL DO PROGRAMA 1145.

Indicadores ou Parâmetros de Gestão

Nome: Taxa de comunidades tradicionais com beneficiamento da produção.

Descrição: Este indicador mede a proporção de organizações de comunidades tradicionais extrativistas que tem seus produtos inseridos em processos produtivos, tendo como universo amostral as entidades que encaminham projetos à Coordenadoria.

Tipo de Indicador: De eficiência.

Fórmula de Cálculo e Método de Medição: Relação percentual entre o número total de comunidades tradicionais apoiadas que realizam o beneficiamento de seus produtos e o número

total de comunidades tradicionais apoiadas.

Avaliação do Resultado

Em 2009, a proporção de organizações inseridas em processos produtivos foi de 48,72%, sendo que índice previsto para o ano era de 34,25%. Isto se deu, porque priorizou-se o apoio a projetos com caráter produtivo.

O indicador “Taxa de comunidades tradicionais com beneficiamento da produção” não vêm representando nos últimos anos o único referencial para o processo de tomada de decisão gerencial. No período de sua criação, as ações do Departamento estavam voltadas prioritariamente para apoio a projetos de comunidades tradicionais com foco na inserção econômica dessas comunidades, por isso a necessidade de um indicador que mensurasse o beneficiamento da produção dos produtos extrativistas. Porém o indicador já apresentava um ponto negativo, pois os projetos apoiados advinham de demanda espontânea, fato que não permitia prever a localidade e os produtos que seriam beneficiados.

Atualmente as ações do DEX estão voltadas principalmente para ações de articulação e formulação de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais, fato que este que permitirá a elaboração de um novo indicador para o próximo PPA, pois as metas estarão regionalizadas e a demanda de apoio a projetos será induzida aos territórios das cadeias prioritárias.

2.3.5. PROGRAMA 1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL UMA VIAGEM DE INCLUSÃO.

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico / Apoio às Políticas Públicas (planejamento, políticas setoriais, coordenação)
Objetivo geral	Promover a inclusão social e a redução das desigualdades
Objetivos Específicos	Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros
Gerente do programa	Frederico Silva da Costa
Gerente executivo	Valdir Cardoso Neves
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Frederico Silva da Costa
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	• Fluxo de turistas domésticos • Gasto médio do Turista Estrangeiro no País; • Novos empregos e ocupações gerados no Setor Turismo • Taxa de participação dos Principais Destinos no Total da Demanda Turística
Público-alvo (beneficiários)	Turistas domésticos e trade turístico

2.3.5.1- PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

> AÇÃO 8990 – Desenvolvimento da Sustentabilidade Ambiental no Turismo

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística / Apoio à Políticas Públicas (planejamento, políticas setoriais, coordenação)
Finalidade	Promover a conservação de bens e serviços ambientais por meio do ecoturismo e estimular a melhoria da sustentabilidade ambiental na atividade turística.
Descrição	Desenvolvimento de ações voltadas para o planejamento ambiental em áreas naturais de interesse ecoturístico; Apoio a elaboração de instrumentos de ordenamento, monitoramento e controle ambiental para o ecoturismo; Capacitação de agentes públicos, privados e atores das comunidades locais em planejamento ambiental para o ecoturismo e turismo sustentável; Coleta, sistematização e georrefenciamento de informações sobre atrativos ecoturísticos em Unidades de Conservação selecionadas para implementar o Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo - SIG- Ecotur, a ser disponibilizado por meio de portal na internet; Disseminação de práticas e tecnologias sustentáveis para o setor do turismo; Fomento ao desenvolvimento de projetos ambientais associados ao ecoturismo; Apoio a projetos de ecoturismo de base comunitária voltados para a conservação de ambientes naturais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	ALLAN MILHOMENS
Unidades executoras	PROECOTUR/DRS/SEDR/MMA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	PROECOTUR/DRS/SEDR/MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Planejamento e acompanhamento descentralizados.

Desenvolvimento de ações voltadas para o planejamento ambiental em áreas naturais de especial interesse ecoturístico; Apoio a elaboração de instrumentos de ordenamento, monitoramento e controle ambiental para o ecoturismo; Capacitação de agentes públicos, privados e atores das comunidades locais em planejamento ambiental para o ecoturismo e turismo sustentável; Coleta, sistematização e georrefenciamento de informações sobre atrativos ecoturísticos em Unidades de Conservação selecionadas para implementar o Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo - SIG- Ecotur, a ser disponibilizado por meio de portal na internet; Disseminação de práticas e tecnologias sustentáveis para o setor do turismo; Fomento ao desenvolvimento de projetos ambientais associados ao ecoturismo; Apoio a projetos de ecoturismo de base comunitária voltados para a conservação de ambientes naturais.

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	836.950	591.074	70,62
Física	08	08	100,0

2.3.5.2 - DESEMPENHO OPERACIONAL DO PROGRAMA 1166.

Por se tratar de uma atividade que vem sendo implementado em anos anteriores, o amadurecimento das estratégias de operacionalização de logística permitiram uma utilização menor dos recursos, com o atingimento das metas, também, previstas. Por outro lado, por se tratar de uma atividade que requer o envolvimento de outros agentes/atores, na parceria, de forma que os resultados sejam realmente eficazes e de caráter multiplicador, os entraves encontrados foram inúmeros.

Nesta visão pode se concluir que apesar destes imprevistos temporais, as metas definidas foram alcançadas, considerando que: vários projetos foram consolidados, outros estão em fase de conclusão, e outros no processo de inicialização.

Em que pese as parceria formadas para a execução de várias ações com atores como o MTur, governos estaduais e municipais entre outros, a implementação de vários projetos demandou recursos para operacionalização de logística, desenvolvimento de ferramentas de apoio, seja na forma de recursos humanos qualificados para apoiar determinadas ações, seja para o desenvolvimento de ferramentas de apoio a esses projetos, realização de oficinas de trabalho, como para a implementação de ferramentas de comunicação.

Nesse sentido, houve apoio financeiro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. É o exemplo da Campanha Passaporte Verde, cujas ferramentas de comunicação foram iniciadas em 2008 e desenvolvidas ao longo do ano de 2009. Esta campanha, veiculada nacionalmente, é permanente e prevê a sua replicação em vários destinos turísticos brasileiros, demandando a implementação de ações estruturantes para melhorar a sustentabilidade ambiental dos municípios turísticos brasileiros.

A Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia, fruto do contrato de empréstimo 1216/OC-BR, entre o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, desenvolvida em parceria com o Ministério do Turismo (período de 2000 a 2007), demanda um conjunto de medidas, projetos e ações complementares para se fazer implementar a suas diretrizes, que no caso ambiental demandarão aporte técnico do Ministério do Meio Ambiente.

As ações de capacitação que são processos contínuos, especialmente as previstas para os projetos de base comunitária em municípios dos Territórios da Cidadania, previstos em 2009, foram frontalmente prejudicados em função dos processos licitatórios frustrados, conduzidos pelo PNUD, parceiro nesta atividade. Estes processos deverão ser retomados em 2010, com iniciativa própria do MMA. No que pese, a não realização dos cursos, todas as ações preparatórios para o certame licitatório foram concluídas.

CRONOGRAMA 2009:

Janeiro: Monitoramento de ações em curso e de projetos iniciados em 2008.

Fevereiro: Planejamento das ações de capacitação em ecoturismo, acompanhamento e monitoramento de projetos que já estavam sendo executados desde 2008, a exemplo da implantação do Sistema de Informações Geográficas de Ecoturismo.

Março: Implementação da Campanha Passaporte Verde, que superou o quantitativo de ferramentas desenvolvidas, entre as quais, um website, vídeos educativos, folders, cartazes, sacolas, adesivos e seminários realizados.

Abril: Monitoramento e acompanhamento do desenvolvimento do Sig e do desenvolvimento da Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária.

Maior: Acompanhamento das ações de vários projetos em curso, como a Estratégia de Turismo Sustentável da Amazônia Legal.

Junho: Conclusão do processo de elaboração da carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária.

Julho: Acompanhamento e monitoramento de projetos em curso, inclusive das ações relacionadas ao projeto Férias Sustentáveis e Campanha Passaporte Verde. Ações de sensibilização para a implementação da campanha Passaporte Verde em Paraty/RJ.

Agosto: Acompanhamento e monitoramento das ferramentas de instrumentalização da Campanha Passaporte Verde, que superou o quantitativo de ferramentas desenvolvidas, entre as quais, um website, vídeos educativos, folders, cartazes, sacolas, adesivos e seminários realizados.

Setembro: Realização de atividades de acompanhamento aos projetos em desenvolvimento. Planejamento das ações integradas entre MMA e MTUR para a definição de diretrizes para o fomento ao turismo sustentável, para a qual foi definido um Grupo de Trabalho Interministerial.

Outubro: Planejamento das Ações de Capacitação em Planejamento do Ecoturismo e Comunidades. Planejamento e desenvolvimento de projetos para a implantação de Ecoturismo de base comunitária.

Novembro: Consolidação das ações de desenvolvimento do conteúdo para o *website* da Campanha Passaporte Verde. Consolidação de ferramentas de comunicação para a Campanha.

Dezembro: Consolidação de vários projetos. Produção de edital para a seleção de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária a serem apoiados em 2010, Finalização dos conteúdos e design das ferramentas de campanha Passaporte Verde, e desenho do Plano de Trabalho do Projeto Férias Sustentáveis. Conclusão da sistematização das informações do Estudo de Mercado da Amazônia. Avaliação final do estudo referente a Estratégia para o Turismo Sustentável da Amazônia Legal.

Indicadores:

- **Eficiência:** Execução de 70.62% do orçamento do ano fiscal de 2009 relativo à ação 8990.

- **Eficácia:** 100%

- **Efetividade:** Ainda não há uma metodologia definida para o cálculo da efetividade da presente ação.

2.3.6 - PROGRAMA 1332 – CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Paulo Guilherme Cabral
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Número de instrumentos de sistemas de gestão desenvolvidos; Taxa de proteção integral dos Biomas; Taxa de uso sustentável dos Biomas.
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.6.1- PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

> AÇÃO 8951 - DEFINIÇÃO DE MECANISMOS DE RETRIBUIÇÃO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Dados gerais da ação

Tipo	
Finalidade	Prover informações sistematizadas e especializadas de mensuração, valoração, compensação e monitoramento dos serviços ambientais nos biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Costeiros e Marinheiros para a definição de mecanismos de pagamento e dos direitos de propriedade dos serviços ambientais.
Descrição	Para a implantação do sistema, as ações se iniciam com a obtenção de informações biofísicas e socioeconômicas dos ecossistemas brasileiros, organizados em biomas e por estados para facilitar a gestão. Estas informações requerem organização em um conjunto de indicadores ambientais, sociais e econômicos referenciadas geograficamente. Informações primárias relevantes podem ser obtidas por imagens de satélite em nível compatível com as necessidades de gestão dos projetos territoriais de pagamentos por serviços ambientais. Informações mais detalhadas não captáveis por imagens de satélite serão obtidas através de estudos amostrais nos diversos biomas, que servirão também para a necessária calibração dos indicadores selecionados. Na seleção das fontes de imagem deverá ser privilegiada aqueles que estejam livre de custos, embora possam requerer licenças de uso ou necessidade de convênios de cooperação. Para os estudos de valoração podem ser utilizados métodos de baixo custo, usando imagens noturnas para a captação de energia (light energy - LE) ou imagens de cobertura vegetal para medir o valor das florestas. Estas informações deverão ser disponibilizadas numa rede a ser criada, que pode ser a estrutura do SINIMA ou incluir na base dados do ZEE para uso de todos os participantes do sistema, ou seja, as instituições governamentais federais, estaduais, municipais, de ONGs, de movimentos sociais, de universidades e institutos de pesquisa. Esta rede será gerenciada pelo Ministério do Meio Ambiente, pela estrutura especialmente preparada para esta função. Esta estrutura será responsável pelo monitoramento de projetos territoriais de serviços ambientais em nível nacional, utilizando a rede e um sistema especialmente desenhado para esta função. O desenho e operacionalização deste sistema de monitoramento são atividades que requer investimento deste programa. Por fim, a operacionalização de todo o sistema ou mecanismo de pagamento por serviços ambientais requer um esforço de capacitação específica em todos os níveis de usuários das instituições acima mencionadas. Esta capacitação deverá ser realizada através de convênios com instituições técnicas ou acadêmicas participantes do sistema. Durante todo o processo de formulação e implantação do sistema, reuniões técnicas, oficinas de trabalho e seminários serão instrumentos a serem utilizados.
Unidade responsável pelas decisões	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Unidades executoras	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	DRS/SEDR/MMA e DEMA/SECEX/MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

- O principal resultado obtido no âmbito desta ação em 2008 foi a elaboração de um projetos de lei que versa sobre a política de gestão dos serviços ambientais. A proposta, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente foi encaminhada pela Casa Civil ao Congresso Nacional, onde se encontra aguardando votação.

A tabela a seguir demonstra a evolução das metas física e financeira desta ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	150.000,00	34.337,29	22,98
Física	2	0	0

2.3.7 - PROGRAMA 1426 – CONSERVAÇÃO, MANEJO E USOS SUSTENTÁVEIS DA AGROBIODIVERSIDADE.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Paulo Guilherme Cabral
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

2.3.7.1- PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

> AÇÃO 6061 – FOMENTO A PROJETOS DEMONSTRATIVOS NA AMAZÔNIA E MATA ATLÂNTICA.

Tipo	Atividade meio
Finalidade	Apoiar projetos demonstrativos com participação das comunidades visando gerar conhecimentos, desenvolver processos de gestão, formas de manejo dos recursos naturais e práticas produtivas inovadoras, voltadas para influenciar políticas públicas destinadas à produção familiar rural. A centralidade dos projetos está na promoção da sustentabilidade da produção baseada na agrobiodiversidade incorporando o fator ambiental no processo de decisão do produtor. Um fator importante é o fortalecimento das organizações comunitárias como base dessas iniciativas.
Descrição	A ação Projetos Demonstrativos vem sendo implementada no âmbito do Programa Amazônia Sustentável. Essa ação está também inserida no Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil como subprograma e conta com recursos da cooperação financeira alemã até 2010. Desde 2004, na sua terceira fase envolve três componentes: 1. Consolidação de experiências bem sucedidas; 2. Alternativas ao Desmatamento e Queimadas (PADEQ) e 3. Ações para Conservação da Mata Atlântica. A ação apóia projetos apresentados por organizações comunitárias e da sociedade civil. A ênfase dos componentes Consolidação e PADEQ está voltada para a incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de produção, tanto pela sua diversificação e implantação de Sistemas Agroflorestais, quanto pela integração da Reserva Legal e pela preservação das APPs. Na Mata Atlântica os projetos estão voltados principalmente para consolidação das Unidades de Conservação e para os produtores familiares do seu entorno.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Unidades executoras	Secretaria Técnica do PDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Técnica do PDA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Esta ação visa apoiar a gestão do Sob-programa de Projetos Demonstrativos – PDA. Os recursos destinados à execução dos projetos são oriundos de doação do Governo Alemão, por meio do

KfW e do Banco do Brasil, sendo repassados diretamente aos projetos sem passar pelo Tesouro. As principais atividades do PDA em 2009 foram:

- Acompanhamento técnico e financeiro a 195 projetos demonstrativos nos biomas Amazônia e Mata Atlântica;
- Seleção de 16 novos projetos, com formato de rede, com a finalidade de desenvolver um modelo de sistematização e geração de conhecimento em rede na Mata Atlântica;
- Lançamento de chamada para selecionar 04 novos projetos para apoiar processos de identificação e implantação de corredores ecológicos no bioma Mata Atlântica;
- Elaboração de termo de referência para contratar estudo sobre a cobertura vegetal nativa na Mata Atlântica;
- Realização de estudo sobre as potencialidades econômicas dos sistemas agroflorestais apoiados pelo Subprograma com foco na geração de serviços ambientais.

Principais Benefícios econômicos ou sociais

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, implementa o Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA desde 1995. Seu principal interesse é promover aprendizagens sobre a viabilidade de novos modelos de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais. O PDA propõe essa melhoria por meio do incentivo à experimentação de tecnologias sustentáveis, do fortalecimento da organização social e do gerenciamento de ações que conciliem a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico e social.

Desde seu início, entre os anos de 1996 e 2003 (sua primeira fase), o PDA apoiou 194 projetos, sendo 147 na Amazônia e 47 na Mata Atlântica. Os projetos desenvolveram ações nas áreas temáticas de sistemas agroflorestais, recuperação ambiental, manejo de recursos florestais, manejo de recursos aquáticos e preservação ambiental. No processo de implementação das experiências, em sua maioria inovadoras, muitas foram as lições aprendidas pelas instituições executoras e parceiras dos projetos e pela Secretaria Técnica do PDA.

Considerando as lições aprendidas, o PDA elaborou três novos componentes iniciados a partir de 2003/04, denominados: 1) Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (PADEQ), voltado para a Amazônia legal; 2) Componente Consolidação, direcionado a consolidar iniciativas já apoiadas anteriormente na Amazônia e Mata Atlântica; e 3) “Ações de Conservação na Mata Atlântica”, voltado a apoiar projetos de iniciativa de organizações da sociedade civil, observando o domínio do bioma Mata Atlântica definido pelo Decreto Nº 750/93. Atualmente, considerando os 03 componentes, o PDA apoia 211 projetos, sendo 138 na Mata Atlântica e 73 na Amazônia.

Abaixo seguem os resultados encontrados por bioma. Esses resultados são referentes aos projetos do componente Mata Atlântica em conjunto com projetos do componente consolidação na Mata

Atlântica, caracterizando assim o bioma MATA ATLÂNTICA e dos projetos PADEQ em conjunto com projetos Consolidação na Amazônia caracterizando o bioma AMAZÔNIA.

Quadro síntese:

QUADRO SÍNTESE – Mata Atlântica e Amazônia	
Descrição	Total
Famílias envolvidas - Mata Atlântica	6200
Famílias envolvidas - Amazônia	4020
Homens envolvidos em estratégias de cursos - Mata Atlântica	5.449
Mulheres envolvidas em estratégias de cursos - Mata Atlântica	4.384
Jovens envolvidos em estratégias de cursos - Mata Atlântica	3743
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de cursos na Mata Atlântica	13.586
Homens envolvidos em estratégias de cursos- Amazônia	2.313
Mulheres envolvidas em estratégias de cursos - Amazônia	1.424
Jovens envolvidos em estratégias de cursos - Amazônia	1.277
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de cursos na Amazônia	4.934
Homens envolvidos em estratégias de intercâmbio - Mata Atlântica	3.879
Mulheres envolvidas em estratégias de intercâmbio - Mata Atlântica	2.024
Jovens envolvidos em estratégias de intercâmbio - Mata Atlântica	1.482
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de intercâmbio - Mata Atlântica	7.237
Homens envolvidos em estratégias de intercâmbio - Amazônia	1.693
Mulheres envolvidas em estratégias de intercâmbio - Amazônia	1.027
Jovens envolvidos em estratégias de intercâmbio - Amazônia	930
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de intercâmbio - Amazônia	3.645

QUADRO SÍNTESE GERAL	
Descrição	Total
Hectares previstos com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na Mata Atlântica	2.047,84
Hectares implementados com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na Mata Atlântica	1.400,72
Hectares com Sistemas Agroflorestais em Área de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL na Mata Atlântica	942
Hectares previstos com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na Amazônia	3.284
Hectares implementados com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na Amazônia	1.502
Hectares com Sistemas Agroflorestais em Área de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL na Amazônia	1.448
Projetos que envolvem Terras Indígenas - Mata Atlântica	3
Projetos que envolvem Terras Indígenas - Amazônia	0
Projetos que envolvem Quilombos - Mata Atlântica	7
Projetos que envolvem Quilombos - Amazônia	1
Projetos que envolvem Assentamentos de Reforma Agrária - Mata Atlântica	15
Projetos que envolvem Assentamentos de Reforma Agrária - Amazônia	15
Quantidade anual de mudas que serão plantadas nas atividades de implantação dos Sistemas Agroflorestais - SAFs na Mata Atlântica	882.050
Quantidade anual de mudas que serão plantadas nas atividades de implantação dos Sistemas Agroflorestais - SAFs na Amazônia	891.600

Execução Financeira da Doação para Projetos

No período de janeiro a dezembro de 2009 foi desembolsado um total de **R\$ 10.388.883,17** ou **€ 3.784.037,46** aos projetos contratados nos cinco componentes, conforme tabelas abaixo:

Valores desembolsados em 2009 por componente para projetos		
	R\$	€
Consolidação	737.889,73	262.540,53
PADEQ	901.385,17	323.921,83
Fase I e II (REDES)	132.597,45	48.542,86
Mata Atlântica	4.685.970,04	1.665.639,49
PDPI	3.930.990,78	1.483.392,75
Totais	10.388.883,17	3.784.037,46

A tabela a seguir demonstra a evolução das metas física e financeira desta ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (fonte 100)	200.000,00	200.000,00	100,0
Financeiro (fonte 195)*	13.805.000	408.472	2,86
Física	211	211	100

*O orçamento global previsto nesta ação, R\$ 14.258.668,00, é composto de R\$ 13.805.000,00 oriundo de doação internacional, por meio da Cooperação Brasil/Alemanha, ou seja, fonte 192, cujos repasses são realizados diretamente para os beneficiários sem passar pelo Tesouro, por isso a execução financeira não aparece no SIGPLAN. Todavia, em 2009 foi executado o valor de R\$ 6.325.244,94 em repasse aos projetos. O restante do orçamento previsto, R\$ 408.472,00 que é da fonte Tesouro, foi executado integralmente em atividades de gestão da ação, por meio de pagamento de pessoal temporário e despesas com viagens de monitorias aos projetos. Neste sentido, apesar de aparecer uma execução financeira global baixa, de apenas 2,86%, na realidade a execução financeira total desta ação foi de 47,23%.

➤ AÇÃO 8308 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES TERRITORIAIS DE GESTÃO AMBIENTAL RURAL (GESTAR)

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Implantar uma organização social territorial para a gestão ambiental, incluindo mecanismos de pagamento por serviços ambientais no meio rural, visando melhorar a qualidade ambiental.
Descrição	Implantação de Projetos de Gestão Ambiental Rural em territórios selecionados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Carcus Azevedo dos Santos
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA AÇÃO

Avaliação do Desempenho da Ação

Competências institucionais requeridas para a execução da ação

Formular e implantar Planos de Gestão Ambiental Rural (PGAR) nos assentamentos humanos rurais localizados nos territórios selecionados em diferentes ecossistemas e Estados do País. Construir, de forma participativa, um processo de gestão ambiental rural em todos os territórios GESTAR

Foram formulados cinco PGAR nos seguintes territórios: Norte de Minas/MG, Baixo Araguaia/MT, Portal da Amazônia/MT, BR-163/Itaituba/PA, Baixo Amazonas/Santarém/PA. Por se tratar de um processo, tais planos estão em andamento conforme a dinâmica local, não sendo mais responsabilidade dessa ação, a implantação de ações ou execução de recursos.

Formular e institucionalizar um Programa Nacional de Gestão Ambiental Rural (GESTAR) com base nos pressupostos e nas experiências recolhidas dos territórios e que deverá servir de instrumento de política pública para todo o País

Foram realizadas articulações com a SDT/MDA para estabelecer ações nos Territórios da Cidadania. De imediato foi feito um estudo sobre o comportamento da temática ambiental nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDS, que será publicado ainda em 2010.

Os Beneficiados diretos e indiretos - sobre quem impactaram os resultados alcançados?

Diretos:

- Formação em Agroecologia e Agrofloresta, desenvolvida como Unidades Ambientais de Referência - UAR, nos cinco territórios de atuação do Gestar: Norte de Minas/MG, Baixo Araguaia/MT, Portal da Amazônia/MT, BR-163/Itaituba/PA, Baixo Amazonas/Santarém/PA. Estiveram presentes nos cursos e capacitações cerca de 400 pessoas diretamente (técnicos locais e lideranças comunitárias).

Indiretos:

- além de famílias ligadas à produção rural, cerca de 5 mil no total dos cinco territórios conforme relatórios das organizações executoras, foram também beneficiados as instituições públicas locais que participaram das capacitações.

Imprevistos positivos e negativos, que afetaram o desenvolvimento do Projeto.

- Durante o período de 2009 não foram detectados imprevistos que pudessem interferir de forma negativa no desenvolvimento das ações do Projeto, a não ser a impossibilidade de continuidade de algumas ações por força do término do Projeto Gestar ancorado no BRA/060. Como ponto positivo, temos os bons resultados identificados pelas consultorias contratadas para avaliação do Projeto e o resultado do Seminário Nacional que também identificou a possibilidade de o Gestar contribuir com os Territórios da Cidadania em termos de método de gestão ambiental.

Que medidas a instituição Nacional Executora recomendaria para aumentar o impacto do projeto seja em termos institucional, técnico ou de gestão.

Definir o Gestar como uma política do MMA de fortalecimento do componente ambiental nos planos territoriais dos Territórios da Cidadania. Fazer do Gestar uma metodologia de capacitação em gestão ambiental rural dos colegiados territoriais.

Importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados.

As contratações de organizações sociais possibilitaram uma maior sinergia com os atores locais, maior facilidade de se chegar na ponta e de se trabalhar com a realidade local.

Demonstrativo de transferências realizadas na Ação

PROGRAMA/AÇÃO	Tipo	Identificação do Termo	Valor repassado no Exercício	Objetivo	Situação
Ação 8308 - Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR)	Acordo de assistência técnica para implementação do Projeto “Gestão Ambiental Rural em Assentamentos Humanos Situados em Bacias Hidrográficas do Brasil – no âmbito da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.	Projeto UTF - BRA/060/BRA	100.000,	Apoiar a ações de Gestão Ambiental Rural em Assentamentos Humanos Situados em Bacias Hidrográficas do Brasil	Valor executado.
Total			100.000,		

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	632.335,00	382.336,00	65,38
Física	5	5	100

Texto relativo aos indicadores de Desempenho.

O objetivo de 2009 foi implantar 5 territórios de atuação do Gestar, por meio das ações previstas de articulação institucional, avaliação ambiental integrada e plano de gestão ambiental rural.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Principal problema identificado foi o acúmulo de atribuições da equipe do Gestar que atende outras demandas, o que em alguns momentos trouxe dispersão nas atribuições do pessoal.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

As ações desenvolvidas durante o ano de 2009 proporcionou uma maior participação de setores da sociedade civil e também de governos locais.

> AÇÃO 8998 – IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE UTILIZAÇÃO DOS PÓLOS DO PROAMBIENTE EM ESCALA TERRITORIAL

Tipo	
Finalidade	Elaborar e implementar planos de desenvolvimento em escala territorial, planos de provimento de serviços ambientais e estabelecimento de formas de compromisso de provimento comunitário de serviços.
Descrição	Para cada unidade territorial em que se insere o pólo pioneiro se requer uma delimitação físico-espacial para a realização de um inventário biofísico e socioeconômico dos serviços ambientais. Este inventário fornece dados para o estabelecimento de uma linha de base e o plano de gestão ambiental para o desenvolvimento da unidade territorial, ou plano de desenvolvimento sustentável do território (PD). O inventário fornecerá dados também para o estabelecimento de metas dos planos de usos da terra individuais (PU) ou coletivos, utilizando a experiência dos pólos pioneiros onde estiverem constituídos. A segunda atividade de consolidação territorial é o rearranjo institucional para a gestão participativa do processo, com a inclusão de todos os atores representativos do território. Esta etapa de mobilização social inclui atividades de capacitação social sobre serviços ambientais, não somente das instituições implementadoras (gestão), mas também dos produtos familiares (serviço de extensão/educação ambiental). A terceira atividade se refere ao acompanhamento das auditorias externas e certificação; acompanhamento das etapas de georreferenciamento e monitoramento ambiental e avaliação do programa. Apoio financeiro e logístico e disponibilização social e institucional, implantação do sistema de informação e monitoramento e avaliação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Unidades executoras	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Principais ações:

Essa ação visa apoiar a implementação do Proambiente na Amazônia Legal. Atualmente o programa se desenvolve em 08 pólos pioneiros, sendo um no Acre, um em Rondônia, um no Mato Grosso, um no Tocantins, três no Pará e um no Maranhão, atingindo cerca de 3.700 famílias de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária e extrativistas. As ações principais foram:

- Acompanhamento e monitoria a 08 pólos pioneiros na Amazônia Legal;
- Disponibilização de serviços de assistência técnica e extensão rural, por meio de parceria com o MDA;
- Realização de avaliação qualitativa dos resultados do Programa;
- Constituição de um grupo de trabalho encarregado fazer uma revisão do programa Proambiente, tornando seu funcionamento mais simples e melhorar a integração com outras ações públicas;
- Realização de estudos e desenvolvimento de mecanismos de pagamento por serviços ambientais.
- Realização de proposta de reestruturação do Programa para ser implementada a partir de 2010.

A tabela a seguir demonstra a evolução das metas física e financeira desta ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.049.696,00	527.894,89	25,75
Física	8	3	20

Transferências:

Em 2008, tivemos uma execução orçamentária nessa ação acima de 90%, sendo que uma parte desse recurso foi transferido para o Projeto de Cooperação PNUD nº 00/044, resultado 4.4 (PROAMBIENTE). Dessa forma, em 2009 o programa ainda tinha disponível recursos financeiros do ano anterior para aplicar. Além disso, a execução orçamentária de 2009 foi prejudicada pelas amarras estruturais do programa para a celebração de convênios, uma vez que essa transferência só pode ser feita para organizações sociais aprovadas pelo conselho gestor local do Proambiente. Os recursos executados, no valor de 25,75% do previsto, foram utilizados em atividades de gestão para custear pagamento de pessoal temporário, visitas de monitoria aos pólos e realização de oficina. Essa ação está passando por um processo de revisão, visando aperfeiçoar o seu foco de atuação.

2. 4 - DESEMPENHO OPERACIONAL DO PROGRAMA 1426.

No cenário do exercício de 2009, aprimoramos mecanismos de apoio à formulação da política, nos amparando em importantes parcerias e pactuações internas para a execução da missão da SEDR, que, resumidamente, constituíram três eixos:

1. Articulação com Ministérios e outras instituições da administração direta para a execução de ações, considerando que partilham da compreensão sobre desenvolvimento sustentável para o Rural Brasileiro – destacam-se aqui parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Ministério do Desenvolvimento Social e *Combate à Fome*, Ministério da Justiça, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, com menção à CONAB e EMBRAPA, Casa Civil da Presidência da República, dentre outros e particularmente o consórcio ZEE Brasil, que aportou notável capacidade técnica e imprescindível à coordenação, sob a responsabilidade desta pasta, do Zoneamento Ecológico-Econômico.

2. Projetos de Cooperação Internacional – avanços decisivos na interlocução com organismos internacionais e Agência Brasileira de Cooperação, órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores, para uma atuação no âmbito da cooperação, respaldando importantes projetos e definições sobre o apoio destes ao desenho de políticas inovadoras e alternativas, fazendo frente à missão de desenvolver mecanismos públicos de apoio aos setores sociais que atuam decisivamente na manutenção de ativos florestais.

3. Arcabouço jurídico para massificar o desenvolvimento rural sustentável – desenvolvemos mecanismos legais amparados em decretos, acordos de cooperação, portarias, minutas de leis, medidas provisórias, normativos internos às instituições parceiras, dentre outros, respaldando a atuação da pasta e de outros órgãos públicos e privados, viabilizando, preparando e institucionalizando uma expressiva gama de ações públicas duradouras.

Portanto, a partir dessas estratégias, os gastos da unidade foram executados sob o princípio da constituição de parcerias, partilhando responsabilidades e integrando políticas públicas, formulando aparatos legais orientadores, permitindo, na sua execução, ampla participação técnica e social.

Neste cenário, podemos destacar as atuações no exercício de 2009, nos Programas de responsabilidade desta Unidade - SEDR/MMA, conforme destacamos:

A - O Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico - PZEE, que tem características multidisciplinares e multissetoriais, faz parte do Programa Plurianual de Aplicação – PPA (2008 – 2011), do Governo Federal e possui várias Ações Programáticas.

O objetivo geral do PZEE é a promoção do ZEE para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.

O marco legal do ZEE foi baseado na Política Nacional de Meio Ambiente, que o trata como um instrumento e, posteriormente, no Decreto nº 4.297/2002 que o regulamenta, deixando explícita a obrigatoriedade de seu cumprimento na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas.

A SEDR/DZT que coordena a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional – CCZEE e o Grupo Permanente para a Execução do ZEE, denominado Consórcio ZEE-Brasil, priorizou, no ano de 2009, o Projeto do Macrozoneamento da Amazônia Legal, proposto para ser um instrumento tanto de integração regional quanto de pactuação em torno de um novo modelo de desenvolvimento, voltado para a adoção de padrão produtivo baseado na diversidade regional e, ainda, constituindo uma efetiva mudança institucional.

Para tanto, partiu da elaboração do marco teórico conceitual, que funcionou como balizador e esteio para a proposição das Unidades Territoriais e respectivas Estratégias. A proposta preliminar foi submetida à consulta em encontros setoriais, denominados Mesas de Diálogo, envolvendo dentre outros, o setor empresarial, agências de fomento, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, ONG socioambientais, academia e setor governamental.

A proposta passou também pelo crivo dos estados, com a integração dos zoneamentos estaduais da Amazônia Legal, objeto de ampla pactuação. Ao final do ano, a CCZEE apresentará à sociedade uma proposta de MacroZEE consistente e negociada, cujo debate deverá ser ampliado ao longo de 2010.

A proposta do Macro ZEE da Amazônia Legal foi complementada por meio de um amplo levantamento de dados realizado em órgãos federais e estaduais e com estudos para elaboração do modelo conceitual de dados do zoneamento.

No escopo do Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia, na escala de 1:100.000, foram digitalizadas, atualizadas e validadas as bases cartográficas analógicas elaboradas pelo estados e produzidas as cartas para os vazios cartográficos existentes, o que oferece nova capacidade para o tratamento das questões ambientais da Amazônia.

As cartas serão incorporadas à Mapoteca Nacional Digital/CONCAR e disponibilizadas para os diferentes usuários institucionais e para a sociedade civil em um Geoportál.

No ZEE da Bacia Hidrográfica do São Francisco, foram concluídos os Diagnóstico do Meio Físico, Meio Biótico, Socioeconômico e Jurídico-institucional, já disponíveis na internet.

A Secretaria, através de seu Departamento de Zoneamento Ecológico-Econômico- DZT participou em conjunto com a Embrapa da elaboração do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, importante instrumento para a expansão ordenada e ambientalmente sustentável da atividade.

Dentre os principais avanços do Gerenciamento Costeiro podemos citar o fortalecimento das ações do Projeto Orla e o lançamento de uma nova edição do Macro Diagnóstico da Zona Costeira, agora também disponível em formato digital, a última versão foi realizada em 1998.

B - Mesmo considerando ao alto nível de recursos contingenciados, o Programa 1080 Combate à Desertificação apresentou alta execução das ações/atividades planejadas através dos recursos de 2008, repassados ao PCT BRA/IICA/05/004, e também as alianças estabelecidas com os governos estaduais que vêm apoiando as atividades de elaboração dos Programas Estaduais de Combate à desertificação, assim com outras instituições como o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, o Instituto Nacional do Semi-Árido-INSA, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e a Cooperação Alemã, que apoiaram firmemente as ações de combate à desertificação do Programa.

A seguir, são relacionadas e comentadas as principais atividades realizadas com estes recursos:

Capacitação dos Pontos Focais de Combate à Desertificação

Esta iniciativa visou desenvolver competências voltadas a criar visões compartilhadas; aprender a aprender; planejar e conduzir transições; colaboração ambiental; potencialização de si e dos outros e estabelecimento de parcerias.

Realizaram-se quatro Módulos de Capacitação do Curso de Gestão Interinstitucional para o processo de elaboração e implementação dos Programas Estaduais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas-PAE's. Os objetivos deste curso foram: i) fortalecer os Pontos Focais estaduais (governamental, da sociedade civil e parlamentar) enquanto atores/gestores chave, ampliando suas capacidades de coordenação do processo de gestão interinstitucional da implementação dos PAEs; ii) fortalecer outros gestores chave; iii) construir uma rede cooperativa de articulação interinstitucional e pactuação multilateral; iv) apoiar a construção de modelos de gestão compartilhada de “estruturas e arranjos” dos PAEs baseados em conceitos de articulação e gestão interinstitucional.

Foram treinados 65 gestores envolvidos com os processos de elaboração e implementação dos Programas Estaduais de Combate à Desertificação dos 11 Estados com áreas afetadas por processos de desertificação.

I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação (I ENED)

Foram realizados reuniões e encontros preparatórios para elaboração e organização do I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação (I ENED).

Para organizar o ENCD foi criado um Grupo de Trabalho composto por representantes da sociedade civil, parlamento, Agências de Cooperação e do MMA.

Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação-PAEs

O MMA apoiou os 11 Estados inseridos nas Áreas Susceptíveis à Desertificação-ASDs na elaboração de seus respectivos Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas-PAE's.

Vale destacar que a elaboração destes Programas encontra-se em estágios distintos de execução. O Estado de Pernambuco concluiu o seu Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Secas, que foi lançado oficialmente em dezembro de 2009, na cidade de Triunfo. Os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará estão em fase de elaboração do texto final, e programaram o lançamento de seus respectivos PAEs para o mês de fevereiro de 2010. Os Estados da Paraíba, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Piauí e Bahia estão realizando consultas públicas e oficinas de trabalho e prevêem o lançamento de seus PAEs para julho de 2010. O GT Desertificação, criado pelo Governo do Estado do Maranhão, está

finalizando o Termo de Referência com vistas o início dos trabalhos de elaboração do PAE-MA em janeiro de 2010.

Os processos de elaboração dos PAEs vêm sendo conduzidos conjuntamente pelos 4 Pontos Focais Estaduais (governos estaduais, parlamentares, sociedade civil e academia). Os processos de consultas e oficinas vêm mobilizando centenas de pessoas em todo o semiárido, ampliando a participação social e melhorando o entendimento das comunidades sobre as questões referentes a desertificação, suas causas e consequências.

Projeto de Apoio à Iniciativas Locais de Combate à Desertificação

O “Projeto de Apoio à Iniciativas Locais de Combate à Desertificação: aprendizagens para o combate à desertificação junto às comunidades rurais” foi concebido para identificar, apoiar e cadastrar atividades comunitárias, com vistas a elaboração de um portfólio de experiências e práticas bem sucedidas voltadas ao combate à desertificação.

Visando apoiar ações que possibilitem a geração de experiências e aprendizagens que ampliem a contribuição das ONGs e comunidades de base, no combate à desertificação no nível local, priorizando os quatro eixos temáticos que norteiam o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil, este projeto tem permitido uma proximidade maior com os atores diretamente impactados pelos processos de desertificação. Seus excelentes resultados despertaram o interesse do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que acena com a possibilidade de apoiar, com recursos financeiros, sua ampliação em 2010.

Em 2009, iniciamos a execução 22 Projetos Comunitários de Combate à Desertificação, desenvolvidos por comunidades impactadas pelos processos de desertificação nos 11 Estados com áreas afetadas. Este processo vem envolvendo 51 comunidades e, aproximadamente, 500 pessoas.

Glossário de Termos e Conceitos Usados no Contexto da Convenção da ONU de Combate à Desertificação

Considerando a ampliação do número de instituições e pessoas que vêm participando do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, sentiu-se a necessidade de divulgar e disseminar, de forma mais consistente, os conceitos de desertificação utilizados pelas Organizações das Nações Unidas e que devem ser considerados pelos países signatários, como o Brasil. Assim, lançou-se o livro Glossário de Termos e Conceitos Usados no Contexto da Convenção da ONU de Combate à Desertificação.

Este trabalho foi concebido nos idiomas português, inglês e espanhol, e disseminado em alguns encontros internacionais sobre desertificação como uma contribuição do Brasil à implementação da Convenção. A alta procura pelo livro aventa a possibilidade do lançamento de uma nova edição em 2010.

Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP

O Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP é um compromisso assumido pelos os países signatários da UNCCD. No Brasil, foi realizada uma oficina de trabalho com várias instituições para o estabelecimento de acordos com vistas à elaboração do SAP. A partir disto, foi elaborada uma minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para dar suporte à elaboração deste Sistema.

Em razão do atraso na tramitação deste Acordo, que foi liberado por este Ministério somente em dezembro de 2009, prevê-se o reinício dos trabalhos em fevereiro de 2010. Enquanto isto já foram elaborados cinco termos de referência para a consolidação de um banco de dados para dar suporte ao SAP. Também foi realizado o levantamento da configuração de equipamentos necessária para o Sistema.

C - O Programa 1145 - Comunidades Tradicionais, executado pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável desta Unidade SEDR/MMA, em 2009 ante as restrições orçamentárias, impostas pelos Decretos de contingenciamento, o Programa efetivou sua programação com despesas ao pagamento de diárias, passagens e pagamento de pessoal envolvido diretamente na ação que tem por finalidade apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.

Em 2009 foram contratados e pagos 34 projetos de organizações de Comunidades Tradicionais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste e Sudeste, por meio dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional PNUD BRA 99/025 e PNUD BRA 08/012.

Os projetos apoiados beneficiam aproximadamente 3.952 famílias no fortalecimento de suas atividades produtivas sustentáveis relacionadas ao agroextrativismo, assim como sua capacidade de organização social.

Vale ressaltar que esses projetos foram pagos com recursos de Acordo de Cooperação entre a SEDR/MMA e SAF/MDA.

2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.4.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO) RESPONSÁVEL PELA PROGRAMAÇÃO DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA	44101	440002

2.4.1.2 - PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

Origem dos créditos orçamentários	1-pessoal e encargos		2-juros e encargos da dívida		3-outras despesas correntes	
EXERCÍCIOS	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Dotação proposta pela UJ (PLOA)					21.418.862,00	15.992.725,
Dotação proposta pela UJ - FT.0195 (Acordos)					29.236.820,00	21.267.000,00
Emendas ao orçamento					10.424.617,00	43.705.000,00
Emendas canceladas (-)					0,00	(-) 2.224.411,00
LEI (PLOA + EMENDAS)					61.080.299,00	78.740.314,00
Crédito extraordinário					26.600.000,00	
Crédito suplementar					18.371.000,00	
Recomposição orçamentária (anulações)						(-) 31.429.862,00
LEI + CREDITOS - ANULAÇÕES = (ORÇAMENTO EXERCÍCIO)					106.051.299,00	47.310.452,00

2.4.1.3 - PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos créditos orçamentários	4-investimento		5-inversões financeiras		6-outras despesas de capital	
EXERCÍCIOS	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Dotação proposta pela UJ -fonte tesouro - PLOA					146.500,00	800.000,00
Dotação proposta pela UJ - FT.0195 (Acordos)					6.860.000,00	2.400.000,00
Emendas ao orçamento					13.223.083,00	28.845.000,00
LEI (PLOA + EMENDAS)					20.229.583,00	32.045.000,00
Crédito extraordinário					6.000.000,00	
Crédito suplementar					2.169.000,00	0,00
Recomposição orçamentária (anulações)						23.102.116,00
LEI + CREDITOS - ANULAÇÕES = (ORÇAMENTO EXERCÍCIO)					28.398.583,00	8.942.884,00

2.4.1.4 - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Origem dos créditos orçamentários	Despesas correntes		Despesas de capital	
EXERCÍCIOS	2008	2009	2008	2009
DOTAÇÃO PROPOSTA PELA UJ	NÃO SE APLICA A UJ UG-440040-SEDR			
ORÇAMENTO APROVADO				
ORÇAMENTO REFORMULADO				
TOTAL				

2.4.1.5- MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

DESPESAS CORRENTES							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2- Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
INTERNA	CONCEDIDOS	440031	18.542.0512.8896-0001			100.000,00	
		440001	18.122.0512.2272- 0001			433.286,08	
			18.122.1080.2272-0001			132.670,36	
			18.122.1145.2272-0001			278.984,62	
			18.126.0512.7965-0001			185.227,46	
			18.127.0512.7413-0001			247.996,93	
			18.127.1426.8308-0001			242.351,57	
			18.128.1145.6060-0001			111.336,12	
			18.541.0150.6063-0010			248.521,68	
			18.541.0150.8671-0001			179.865,18	
			18.541.1080.8906-0020			496.474,91	
			18.541.1080.8906-0030			219.613,68	
			18.541.1145.200I-0001			317.793,22	
			18.541.1145.6040-0001			170.288,76	
			18.541.1145.6087-0001			139.218,29	
			18.541.1145.6230-0001			34.500,00	
			18.541.1166.8990-0001			563.504,78	
			18.541.1332.8951-0001			34.337,29	
			18.541.1426.6061-0001			408.471,66	
			18.541.1426.8998-0001			454997,08	
		18.542.0512.8896-0001			5.598,82		
	T O T A L CONCEDIDO - INTERNO						5.005.038,49
	Recebidos	440002	18.122.0512.2272-0001			459.822,31	
			18.122.1080.2272-0001			132.670,36	
			18.122.1145.2272-0001			278.984,62	
			18.126.0512.7965-0001			197.505,68	
			18.127.0512.7413-0001			1.083.596,26	
			18.127.1426.8308-0001			632.351,57	
			18.128.1080.4971-0001	.		105.740,00	
			18.128.1145.6060-0001			111.336,12	
			18.541.0150.6063-0001			298.521,68	
			18.541.0150.8671-0001			179.865,18	
			18.541.1080.8906-0020			1.896.474,91	
			18.541.1080.8906-0030			219.613,68	
			18.541.1145.200I-0001			1.042.113,21	
			18.541.1145.6040-0001			170.288,76	
			18.541.1145.6087-0001			899.218,29	
			18.541.1145.6230-0001			34.500,00	
			18.541.1166.8990-0001			748.504,78	
			18.541.1332.8951-0001			34.337,29	
			18.541.1426.6061-0001			408.471.66	
			18.541.1426.6061-0056			75.000,00	
			18.541.1426.8998-0001			557.848,90	
			18.542.0512.8896-0001			353.672,82	
			18.127.0512.1J30-0001			1.004.029,70	
T O T A L RECEBIDO - INTERNO						10.94.645,47	

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

EXTERNA	Concedidos	170009	18.122.0512.2272-0001			6.713,92
		114601	18.127.0512.1J30-0001			122.286,45
		160075	18.127.0512.1J30-0001			881.743,25
	Recebidos					0,00
DESPESAS DE CAPITAL						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos		-			0,00
	Recebidos	440002	18.127.0512.7413-0001			133.940,00
			18.541.1145.200I-0001			20.000,00
			18.541.1426.6061-0056			122.000,00
Externa	Recebidos	195006	18.544.1305.10ZW.0001			11.652.548,94
	Concedido					0,00

OBS.: Os valores demonstrados na movimentação orçamentária, referente as dotação internamente concedida à UG-440001-SPOA/MMA, necessário se faz demonstrar em razão do montante de recursos consignados nas Ações de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada-UG44004-SEDR, porém, que ficam retidas na UG-440002(unidade orçamentária geral do MMA) para execução através da Unidade Gestora UG-440001, com a finalidade de pagamentos ao pessoal temporário, terceirizados e contratos administrativos, nos termos da legislação e por definições de competência regimental.

Esta demonstração objetiva compatibilizar as informações orçamentárias, com as movimentações decorrentes dos limites impostos a Unidade Jurisdicionada.

Como pode ser observado, esta Unidade, deteve no exercício um limite orçamentária de R\$11.200.585,47, sendo, entretanto retido para pagamentos de temporários e terceirizados(na forma da lei) o montante de R\$ 5.005.038,49 que vem a representar 45% dos limite orçamentários disponibilizados.

2.4.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - (CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ.)

2.4.2.1 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Contratação	DESPESAS EMPENHADAS / EXECUTADAS		DESPESA PAGA	
	Exercícios		Exercícios	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	128.418,96	139.405,05	114.487,02	139.405,05
Outros	21.527.512,30	21.543.999,88	16.678.135,42	6.569.453,03
T o t a i s	21.655.931,26	21.683.404,93	16.792.622,44	6.708.858,08

2.4.2.2 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

GRUPO DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2008	2009
1 – Despesa de Pessoal	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes		
3350-39 - serviços terceiros pessoa física	0,00	
3380-39 - serviço terceiro pessoa jurídica	106.726.829,13	1.450.000,00
3390-04 - contratação tempo determinado	3.497.346,20	3.801.961,54
3390-08 - outros benefícios assistenciais	8.905,25	8.269,75
3390-14 - diárias civil	114.105,61	137.935,47
3390-33 - passagens e despesas locomoção	234.278,25	214.414,54
3390-36 - (diária colaborador eventual)	381,41	1.469,58
3390-37 - locação de mão de obra	879.119,44	676.451,06
3390-39 - serviço terceiro pessoa jurídica	997.924,32	168.749,78
3390-46 - auxílio alimentação	83.424,84	78.410,17
3390-49 - auxílio transporte	3.707,25	2.706,19
3390-92 - exercício anterior	3.600,00	0,00
3390-93 - indenizações e restituições	186.500,74	168.490,00
total	16.736.122,44	6.708.858,08

2.4.2.3 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

GRUPOS DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2008	2009
4 – Investimentos	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00
6 - Outras despesas de capital		
4480-52	56.500,00	0,00

2.4.2.4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 0512		Denominação: Zoneamento Ecológico-Econômico				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
31.808.908,00	14.522.322,00	4.259.711,00	3.208.146,00	874.034,33	2.334.107,52	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
1	Taxa de Zoneamento do Território Nacional	31/12/03	16	225	150	vide Observação¹
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Área do território nacional continental com proposição de diretrizes de uso e ocupação (ZEE) / área do território continental X100.						
Observação¹: Em 2009 foi identificada a necessidade de revisão deste Indicador e de sua previsão de evolução. Os novos valores seriam:						
2006 – 25%						
2007 – 32%						
2008 – 32%						
2009 – 60%						
2010 – 60%						
2011 – 67% (ao final do Programa no PPA a meta é ter 2/3 do território nacional com Prognóstico concluído)						
Análise do Resultado Alcançado:						
Com a conclusão do Macrozoneamento da Amazônia Legal, temos um alcance de 60% do Território Nacional com zoneamento concluído (etapa de Prognóstico), na escala de 1:1.000.000.						

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 1080		Denominação: Combate à Desertificação				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
19.400.000,00	4.961.884,00	2.354.496,00	2.146.760,00	200.000,00	2.154.496,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
1	Áreas atendidas por intervenções que visem o combate a desertificação	01/03/2005	9.750,00	190.869,00	85.107,00	80.975,00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
A Coordenação de Combate à Desertificação-CCD implantou desde 2006, novo procedimento de aferição dos indicadores do Programa. Utiliza-se como unidade de medida km² e calcula-se as áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação. A metodologia adotada para o cálculo do indicador corresponde à soma das áreas dos municípios nos quais foram realizados projetos de combate a desertificação.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Os recursos não foram suficientes para atender as metas físicas do programa em decorrência do contingenciamento. Para tanto, buscou-se sanar a questão por meio do envolvimento da sociedade civil e das parcerias com os governos estaduais, instituições públicas federais com atuação direta nas ASD. Salienta-se, também, a contribuição dos organismos de cooperação internacional.						

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 1145	Denominação: Comunidades Tradicionais					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
30.984.706,00	16.822.144,00	7.446.515,00	4.933.617,00	3.810.476,00	4.933.617,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção	31/07/05	17,59	50,33	34,25	48,72
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número total de comunidades tradicionais apoiadas que realizam o beneficiamento de seus produtos e o número total de comunidades tradicionais apoiadas.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Em 2009, a proporção de organizações inseridas em processos produtivos foi de 48,72%, sendo que índice previsto para o ano era de 34,25%. Isto se deu, porque priorizou-se o apoio a projetos com caráter produtivo.						

O Contingenciamento no exercício de 2009 prejudicou a execução das ações do Programa Comunidades Tradicionais (Programa 1145).

Observa-se que execução financeira de todas as ações foi abaixo de 25%, devido ao contingenciamento imposto ao Ministério do Meio Ambiente, que por sua vez contingenciou os recursos da SEDR.

Este fato limitou muito as atividades do Departamento de Extrativismo, que apesar disso conseguiu uma execução física alta em algumas ações devido ao apoio do MDA, CONAB, MDS.

Outro fator que prejudicou a execução do Programa foi a liberação de parte do recurso contingenciado em algumas ações apenas em dezembro ano corrente. Este fator prejudicou a transferência de recursos a projetos e convênios que estavam a ser firmados com Governos de Estado.

2.4.3. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS.

DESCRIÇÃO	A N O		
	2007	2008	2009
1.PASSAGENS	183.062,26	234.278,25	214.414,54
2.DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGEM	143.008,57	114.487,02	139.405,05
3.SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	0	0	0
3.1.Publicidade	0	0	0
3.2.Vigilância, limpeza e conservação	0	0	0
3.4.Outras Terceirizações	0	0	0
4.CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	0	0	0
5.SUPRIMENTO DE FUNDOS	0	0	0
T O T A L	326.070,83	348.765,27	353.819,59

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

2.4.4 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ (consolidado)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
18	541	0150	6063	A	4	Projeto apoiado	11	19	06
18	541	0150	8671	A	4	Projeto assistido	05	15	04
18	542	0512	8896	A	4	Diagnostico realizado	02	01	01
18	127	0512	7413	P	4	Projeto executado	25%	60%	05%
18	126	0512	7965	A	4	Sistema instalado	07	07	05%
18	127	0512	1J30	P	4	Bases cartográficas	715	715	90
18	541	1145	200I	A	4	Organização apoiada	57	34	50
18	128	1145	6060	A	4	Capacitação-pessoa	700	571	700
18	541	1145	6230	A	4	Comunidade atendida	19	02	24
18	541	1145	6040	A	4	Cadeia assistida	06	07	03
18	541	1145	6087	A	4	Projetos apoiado	38	20	52
18	541	1166	8990	A	4	Projetos desenvolvidos	08	08	05
18	541	1332	8951	A	4	Estudos	02	00	03
18	541	1080	200H	A	4	Família atendida	18	18	54
18	128	1080	4971	A	4	Pessoa capacitada	300	300	375
18	541	1080	8906	A	4	Estado apoiado	05	07	03
18	541	1426	6061	A	4	Projeto apoiado	211	211	138
18	127	1426	8308	A	4	Unidade implantada	05	05	05
18	541	1426	8998	A	4	Pólos pioneiros	08	03	11

3 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

- Não se aplica a Unidade Jurisdicionada

4- RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIENCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

- Não se aplica a Unidade Jurisdicionada

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	4.633.767,39	84.929,08	467.572,59	4.081.265,72
2008	66.497,86	1.348,39	65.149,47	0,00
2007	1.912.329,27	1.911.447,46	851,81	0,00
...				

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

6 - QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS.

CONCEDIDA PELA UG-440073

Concedente: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR.							UG: 440073	CNPJ. 37.115.375/0009-64		
Tipo	PROGRAMA/AÇÃO	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
								Início	Fim	
4	0512.1J30	23	Fundação Instituto Brasileiro de Estatística - IBGE UG-114601.	2.116.616,75	0	2.116.616,75	122.286,45	22.08.2008	21.08.2010	0
4	0512.1J30	23	Departamento de Ciência e Tecnologia – Comando do Exercito - UG-160509-SEF	5.803.318,60	0	5.803.318,60	881.743,25	14.05.2008	13.05.2010	0
T O T A L				7.919.935,35		7.919.935,35	1.004.029,70			

7. PREVIDENCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.

- Não se aplica a Unidade Jurisdicionada

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.

A - PROGRAMA 0512 - AÇÃO 1J30-0001

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total (R\$)	Empréstimo contratado (ingressos externos)*		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)		Motivo (amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros)	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
18.127.0512.1J30-0001 “Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal” IDOC 2865 Programa 0512 (Financiador: Banco Mundial -RFT-)	7.365.110	7.650.000	7.257.665	413.000	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx

* Doação prevista de US\$ 4.500 mil dólares, c/ dólar à R\$1,70 equivalendo à R\$ 7.650.000,00 mil.

1) Contrato KFW – 2000 65 136)

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou	
		Previsto	Realizado		Motivo (amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros)	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Código do projeto: 6063 - Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia, Programa-Piloto. Finalidade: Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes. Organismo financiador: KFW – ENTWICKLUNGSBANK	€ 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)	€ 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)	€ 7.693.439,22	Não se aplica.	DOAÇÃO Desembolsos a projetos.	€ 1819.809,73	€ 6.767.707,47	Não se aplica	

1 . Discriminação:

Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) (6063)

Finalidade:

Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.

Descrição:

Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI ; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados.

Organismo financiador: KFW – ENTWICKLUNGSBANK

2 – Custo Total: € 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)

3 – Empréstimo contratado (ingressos externos) :“ DOAÇÃO” € 13.293.588,91(Contrato KFW – 2000 65 136)

4 – Contrapartida nacional: não se aplica.

Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram não se aplica	Providências adotadas para correção
DOAÇÃO Desembolsos a projetos	€ 1819.809,73	€ 6.767.707,47	Contratos firmados e à executar até o ano de 2010.	

9- RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.

- Não se aplica a Unidade Jurisdicionada

10- OPERAÇÕES DE FUNDOS.

- Não se aplica a Unidade Jurisdicionada

11-A. RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

NOTA TÉCNICA/ ASSUNTO	Descrição da Recomendação/Providencias quanto aos fatos apurados.	Providencias adotada (ou justificativa para o caso de não cumprimento)
Nota Técnica nº 581/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, 10/03/2009 (OF.nº.6363/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR) Análise das informações/esclarecimentos apresentados pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), relativos às Notas Técnicas nºs: 1696/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR; 0130/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR; 2034/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR; 2467/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, que tratam de convênios com Organizações Não Governamentais (ONG'S)	1. Em relação a Nota Técnica nº 1696/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR: •realize análise das justificativas apresentadas pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAN)- Convenio SIAFI 455003. •Informe da entrega ou não de justificativas pelo Grupo de pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE), relativas ao atendimento das recomendações feitas para os convênios SIAFI 418224 e 481915 e convenio SIAFI 454952, respectivamente, e, caso haja tenha sido entregue alguma documentação, que seja feita pela SEDR a análise da mesma; • Oriente os convenientes quanto à segunda colocação relativa ao convenio SIAFI 404407, que a não aplicação dos recursos, conforme Portaria Interministerial 127/2008, sujeita-os ao recolhimento dos rendimentos financeiros que deixarem de ser obtidos, em cumprimento ao Acórdão TCU nº 914/2008-Segunda Câmara, bem como a instauração da competente Tomada de contas especial. 2. Em relação a Nota Técnica nº 130/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR : •solicite à Fundação Viver, Produzir e Reservar que apresente a documentação comprobatória de aplicação da contrapartida, sob pena de glosa do valor. •realize análise das justificativas apresentadas pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), tendo parte sido anexada ao Ofício 438/2008/GAB/SEDR e, informe a	1. Quanto a Nota Técnica 1696/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR •<u>Quanto ao Convenio SIAFI 455003-IPAN.</u> Conveniente apresenta justificativa, as quais foram consideradas passíveis de aceitação, informa-se ainda, que o referido Convenio encontra-se sob a responsabilidade da unidade Gestora UG-440050-SAIC, conforme informações passadas pela Nota Informativa nº 028/2009/CAF/SEDR/MMA, de 19/08/2009 e encaminhada à CGU-PR em 25/08/2009 através do Ofício nº 466/2009/GAB/SEDR/MMA., • <u>Quanto ao Convenio SIAFI 481915 e 418224 (PESACRE)</u> As providencias, justificativas e recolhimentos de recursos foram apresentados conforme Notas Informativas nºs. 036/2009; 035/2009 e 034/2009/CAF/SEDR/MMA e dirigidas à Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura - CGU-PR, através dos Ofícios de nº 781/2009/GAB/SEDR/MMA, de 11/12/2009; OF.765/2009/GAB/SEDR/MMA, de 10/12/2009 respectivamente. • <u>Quanto ao Convenio SIAFI 454952 - Federação trabalhadores na agricultura do estado de Roraima-FETAG-RR</u> Esgotado todos os meios administrativos, em 05/11/2009 foi revertida a aprovação da prestação de contas referente Convenio 2002CV000050 e registro da FETAG/RR na conta Inadimplência Efetiva - motivo 217 - Instauração de tomada de contas Especial, (conforme Despacho 007/2009/GAB/SEDR), nos termos da Nota Informativa nº 031/2009/CAF/SEDR/MMA, de 27/10/2009. Processo encaminhado à SPOA/SECEX/MMA, para Instauração da competente tomada de Contas Especial, • <u>Quanto ao Convenio SIAFI 404407 (Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre-PESACRE.</u> Notificada a Instituição para recolhimento do valor,devidamente corrigido e, referente período inativo de movimentação - valor recolhido de R\$562,56 conforme GRU apresentada e em conformidade aos registros SIAFI - Registro de arrecadação nº2009-RA000031, de 17/11/2009 Quanto a Nota Técnica nº 130/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR • <u>Quanto ao Convenio SIAFI 452193 - Fundação Viver,Produzir e Preservar - FVPP.</u> Solicitado ao conveniente a apresentação da documentação comprobatória, conforme Nota informativa 010/CAF/SEDR e Ofício 273/2009/GAB/SEDR/MMA, tendo sido apresentada pela Fundação documentação em conformidade com os gastos programados na memória de calculo apresentada, e assim, do ponto de vista desta Administração, entende-se, SMJ, passíveis de aceitação. •<u>Quanto ao Convenio SIAFI 406166-IPAN</u> Após análise das constatações levantadas pela Equipe de Auditoria da Controladoria-Geral da União Regional no Estado do Pará – CGU-R/PA, dos esclarecimentos e justificativas apresentados pelo Instituto

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

	Controladoria do atual atendimento às recomendações do Convenio SIAFI 406166.	de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM/PA, da leitura dos autos desde a formulação e apresentação do Projeto e da proposta, das análises e aceitação por parte da Unidade Técnica da ex-Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, da formalização dos Instrumentos Jurídicos – Convênio, Plano de Trabalho, Plano de Aplicação, Aditivos, e considerando o desenvolvimento do projeto, o cumprimento dos objetivos e metas pré-estabelecidos, e por fim, considerando as análises técnica e financeira das prestações de contas parcial e final e suas aprovações, entende-se, s.m.j., que os esclarecimentos e justificativas ora apresentados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia -IPAM/PA, sejam passíveis de aceitação. (Nota informativa nº 027/2009/CAF/SEDR/MMA, 13/08/2009, encaminhada a CGU-PR em 19/08/2009 através do Ofício nº 460/2009/GAB/SEDR/MMA.
	3. Informe sobre andamento às recomendações da Nota Técnica nº 2034/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR. 4. Informe sobre o atendimento às recomendações da Nota Técnica nº 2467/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	Quanto as Notas Técnicas: Através do Ofício nº 234/2009-GAB/SEDR/MMA, de 24/04/2009, foi encaminhado a Diretoria de Auditoria da Área de infra-estrutura - SFC/CGU, os necessários informes e documentação, cujas justificativas apresentadas pela FETAGRO, são passíveis de aceitação por esta unidade e, sendo ainda, encaminhado em anexo, à CGU, cópia da Nota Informativa nº 009/2008-CAF/SEDR/MM e toda documentação apresentada pela Federação dos trabalhadores na agricultura de Rondônia, para conhecimento <u>Quanto a Nota Técnica nº 2467/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR:</u> Conforme Nota Informativa nº 028/2008/CAF/SEDR/MMA, de 26/12/2008 esta Unidade apresenta à SCC/CGU-PR, encaminhada pelo Ofício 746/2008-GAB/SEDR/MMA, de 30/12/2008, as resposta aos questionamentos apresentados, ficando, entretanto pendente de atendimento o item “d” que trata da devolução da importância de 3.374,78 referentes despesas não confirmadas e documentos de comprovação não encontrados, pela fiscalização da Controladoria Regional no estado do Maranhão. Em 19/06/2009, através do ofício nº 357/2009-GAB/SEDR/MMA , é encaminhada à Diretoria de Auditoria da Área de infra-estrutura (CGU) Nota Informativa nº 021/2009-CAF/SEDR/MMA apresentando o recolhimento do valor impugnado, conforme documentado pelo comprovante de pagamento e respectiva GRU com o registro de arrecadação nº 2009-RA-000001.

11-B - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU.

No exercício de 2009, a Unidade Jurisdicionada, não recebeu deliberações baixadas pelo Tribunal de Contas da União.

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO.

- Não se aplica a Unidade Jurisdicionada
--

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Esplanada dos Ministérios Bloco "B", 7º andar – CEP 70068-900 – Brasília, DF
0xx(61) 2028-1093 – Fax: (61) 2028-1481

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que as informações relativas aos Convênios firmados no exercício de 2009, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, se encontram devidamente registradas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Parceria - "SICONV", conforme estabelece o ar. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Brasília DF, 22 de março de 2010.

EGON KRAKHECKE
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

14. OUTRAS INFORMAÇÕES.

- Em razão das dificuldades apresentadas no sistema de cadastramento do servidor responsável pelo envio do Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada, foi autorizado pela 8ª Secretaria de Controle Externo - 8ª SECEX-TCU a prorrogação do prazo de entrega até a data de 09/04/2010, conforme abaixo documentado.

Assunto: [Fwd: RES: Relatorio_de_gestao_MMA_SEDR]

De: Daphne Correa <daphne.correa@mma.gov.br>

Data: Tue, 30 Mar 2010 17:23:26 -0300

Para: Marcos Dal Fabbro <marcos.df@mma.gov.br>, Renato Alves <renato.alves@mma.gov.br>

segue e-mail

Atenciosamente,

Daphne Mendonça Corrêa
Apoio Administrativo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Ministério do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 700, Gabinete- CEP 70.068-900
Brasília - DF
Fone: (61) 2028 -1954
(61) 2028-1239
Fax: (61) 2028-1367 ou (61) 2028-1481
<http://www.mma.gov.br>

Assunto: RES: Relatorio_de_gestao_MMA_SEDR

De: SECEX-8 <sececx-8@tcu.gov.br>

Data: Tue, 30 Mar 2010 17:21:40 -0300

Para: 'Daphne Correa' <daphne.correa@mma.gov.br>

CC: Paulo Vinícius Menezes Silveira <SILVEIRAPV@tcu.gov.br>

Daphne,

Considerando as dificuldades encontradas, prorrogamos o prazo de envio do relatório de gestão da Secretaria de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente até o dia 09/04/2010.

Atenciosamente,

Elaine Souza
8ª Secretaria de Controle Externo - Assessoria
Tribunal de Contas da União
(61) 3316- 5434

-----Mensagem original-----

De: Daphne Correa [mailto:daphne.correa@mma.gov.br]

Enviada em: terça-feira, 30 de março de 2010 16:55

Para: SECEX-8

Assunto: Relatorio de gestao MMA SEDR

Prezados,

Tendo em vista a dificuldade de cadastramento do Sr. Marcos Dal Fabbro para a finalidade de envio do Relatório de Gestão da Secretaria de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, solicito a prorrogação do prazo, se possível até 08/04/2010.

Obrigada,

Atenciosamente,

Daphne Mendonça Corrêa
Apoio Administrativo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Ministério do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 700, Gabinete- CEP 70.068-900
Brasília - DF
Fone: (61) 2028 -1954
(61) 2028-1239
Fax: (61) 2028-1367 ou (61) 2028-1481
<http://www.mma.gov.br>

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

- DECLARAÇÕES DO CONTADOR.

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ): SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA			Código da UG:
Fomento a Projeto de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas - SEDR/KFW20065136			440046
Fomento a Projetos Demonstrativo de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia - SEDR/KFW9466335			440051
Projeto de Manejo de recursos naturais da várzeas -SEDR/KFW 9866237			440054
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA-DF	Data	26/02/2010
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-0 - DF

DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ): SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA			Código da UG:
			440040; 440047 e 440073
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: Código da UG-440040 - Secretaria de Extrativismo e desenvolvimento rural sustentável. a) Convenio a aprovar com data expirada (restrição 170). b) Falta e/ou atraso de documentos de conformidade registro de gestão (restrição 952) Código da UG-440047 - Projeto de Ecoturismo - SEDR/BID. a) Convênios a aprovar com data expirada (restrição 170) b) Falta e/ou atraso de documentos de conformidade registro de gestão (restrição 952) Código da UG-440073 - Projeto Base Cartográfica para Amazônia Legal - SEDR/BIRD/RFT. a) Falta e/ou atraso de documentos de conformidade registro de gestão (restrição 952) Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA-DF	Data	26/02/2010
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-0 - DF